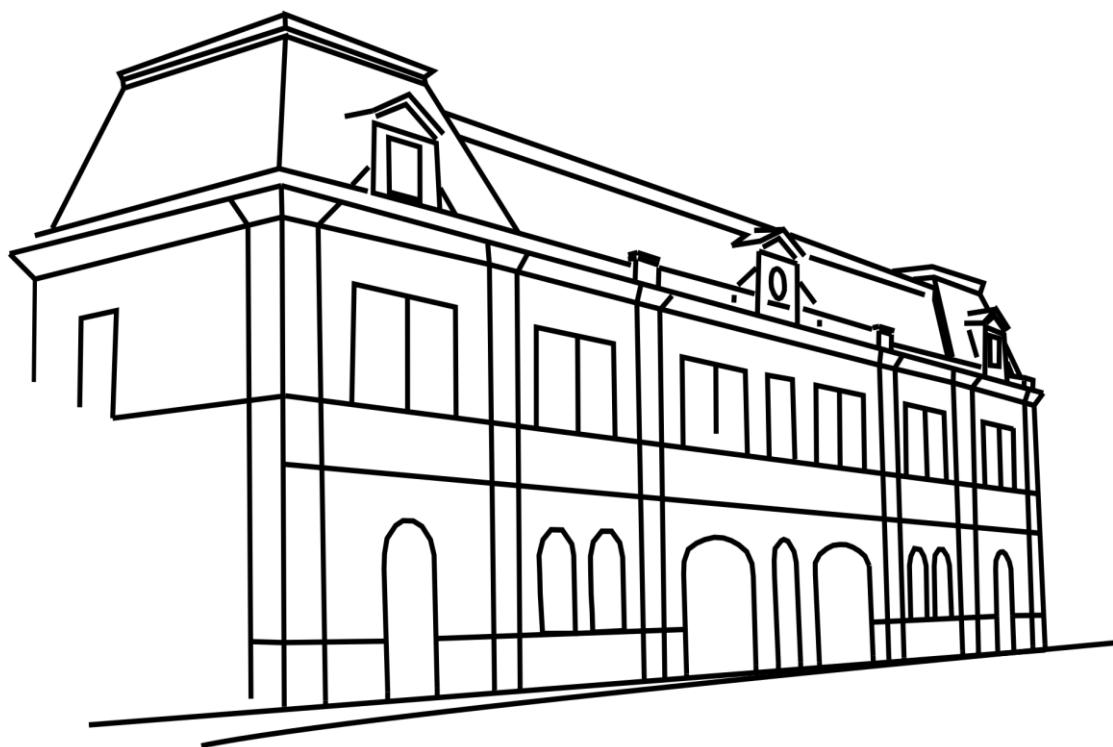


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
DIRETÓRIO ACADÊMICO DE ARQUEOLOGIA



Arche

Revista Discente de Arqueologia
Universidade Federal de Rio Grande

v. 4 n. 1

Rio Grande, RS
Janeiro - Dezembro de 2024

© dos Autores

Editores:

Liliane dos Santos Vieira (ICHI/FURG)

Washington Ferreira (ICHI/FURG)

Yndhara Trindade Costa (ICHI/FURG)

Diagramação:

Liliane dos Santos Vieira (ICHI/FURG)

Washington Ferreira (ICHI/FURG)

Yndhara Trindade Costa (ICHI/FURG)

Comissão científica:

Dra. Adriana Fraga da Silva (ICHI/FURG)

Dra. Beatriz Valladão Thiesen (ICHI/FURG)

Me. Fábio Ortiz (FURG)

Dra. Louise Prado Alfonso (ICH/UFPEL)

Dra. Mariana Petry Cabral (DAA/UFMG)

Dr. Martial Raymond Henri Pouquet (ICHI/FURG)

Dr. Martín César Tempass (ICHI/FURG)

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande -FURG

Diretório Acadêmico de Arqueologia - Anexo 04

Av. Itália km 8 – Carreiros - Rio Grande, RS. CEP 96203-900

E-mail do Diretório: daarqueologiafurg@gmail.com

E-mail da revista: arche@furg.br

E-mail para submissões: submissao.arche@furg.br

Ficha Catalográfica

A669 Arche: Revista Discente de Arqueologia / Diretório Acadêmico de
Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande. – v. 4 n. 1
(jan.- dez. 2024). – Rio Grande/RS: FURG, 2025.

Anual.

E-mail da revista: arche@furg.br

Disponível em: <https://arche.furg.br/>

v. 1 n. 1 (jul.- dez.. 2020).

ISSN: 2675-8148

1. Ciências Sociais 2. Antropologia 3. Arqueologia I. Diretório Acadêmico de
Arqueologia. II. Título.

CDU 902:3

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

As matérias, artigos e demais produções que compõem a revista são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	4
ENTREVISTA	
CURSO DE ARQUEOLOGIA DA FURG: “O PONTAPÉ INICIAL DA COISA TODA”	6
Fabrício Bernardes e Professor José Carlos Ruivo	
ARTIGO	
DESCONSTRUINDO A COLONIALIDADE E CONSTRUINDO SABERES.....	20
Ana Paula Moraes, Andreina Silva, Fernanda Mendes, Vanessa Carvalho	
SIMULAÇÕES PEDAGÓGICAS NA ARQUEOLOGIA	36
Whashington Ferreira	
RESENHA	
A TERRA PEDE SOCORRO: A ANCESTRALIDADE E O FUTURO NAS REFLEXÕES DE KRENAK.....	46
Ana Paula Moraes	
CONTO	
UM ENCONTRO INUSITADO*	51
Liliane dos Santos Vieira	



EDITORIAL

É com grande prazer que publicamos o 4º volume da *Arche: Revista Discente de Arqueologia*, vinculada ao Diretório Acadêmico de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Este volume traz algumas novidades, que esperamos sejam mantidas nos próximos anos. Inaugura uma seção especial, visando reconhecer, honrar e dar visibilidade aos trabalhos dos professores e profissionais que colaboraram para a criação do Curso de Arqueologia da FURG em 2009. A segunda novidade é a abertura de um espaço artístico-literário para contos, poemas, crônicas e outras produções que envolvam temas da Arqueologia e demais ciências que como ela se relacionam, em especial, a Antropologia e Etnologia.

No presente volume, começamos honrando aqueles que deram “o pontapé inicial da coisa toda”, trazendo *entrevista com o Professor José Carlos Ruivo*, fundador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAN), em 1983. A entrevista foi realizada por Fabrício Bernardes ex-aluno da FURG, quando buscava elementos para sua dissertação de Mestrado no MAE/USP sobre a rica arqueologia rio-grandina. Em seguida, o leitor encontrará o relevante e agradável artigo *Desconstruindo a colonialidade e construindo saberes*, de autoria das alunas de graduação em Arqueologia Ana Paula Moraes, Andreina Silva, Fernanda Mendes e Vanessa Carvalho. O trabalho enaltece o papel decolonial da Arqueologia e a importância do diálogo, da reflexão e da crítica na Educação Patrimonial, tecendo críticas aos modelos eurocentristas, universalistas, etnocentristas, que subjulgaram saberes ancestrais.

O trabalho do aluno Washington Ferreira, honrando a didática e criatividade da Professora Beatriz Thinsen, também fundamental na criação do Curso de Arqueologia da FURG, encontra-se no artigo *Simulações pedagógicas na Arqueologia*. Nele, além de descrever o desenvolvimento da análise de vestígios materiais de um simulacro de sítio arqueológico contemporâneo, relativos a sujeitos de pesquisa anônimos, enquanto processo pedagógico na formação inicial em Arqueologia, discute os processos “prospectivos”, analisa dados, fornece resultados e os confronta com possíveis interpretações. Em seguida encontramos a excelente resenha de Ana Pala Moraes sobre a obra *Futuro ancestral*, de Ailton Krenak. Por fim, inaugurando a nova sessão artístico-literária, apresentamos o conto de Liliane Vieira, que, com sensibilidade registrou o encontro inusitado de personagens de diversas partes do Brasil, no curso de Arqueologia da FURG.

Agradecemos a todas as pessoas envolvidas na submissão de trabalhos, aos pareceristas, àqueles que colaboraram para a divulgação, editoração, avaliação e promoção da Arche. Agra-

decemos, em especial, ao egresso, que atuou, inclusive, como professor convidado de Arqueologia, Fábio Ortiz, um dos cofundadores desta revista, que sempre apoia a Equipe Editorial, de forma solícita, com sugestões de aperfeiçoamento e ideias para motivação e divulgação de trabalhos.

Liliane Vieira, Washington Ferreira e Yndhara Trindade
Equipe Editorial



CURSO DE ARQUEOLOGIA DA FURG: “O PONTAPÉ INICIAL DA COISA TODA”

Entrevista de Fabrício Bernardes¹ com o Professor José Carlos Ruivo²

ENTREVISTA

Conheci o professor José Carlos Vieira Ruivo, ainda durante minha graduação, quando fui seu aluno na FURG. Anos depois, em 2017, quando já cursava o mestrado no MAE-USP, precisei reunir informações sobre pesquisas arqueológicas realizadas na cidade de Rio Grande — e imediatamente pensei nele. Eu sabia que ele poderia me ajudar nesta tarefa pelo fato de ter fundado o LEPAN. Foi por meio da colega Ingrid Santana que retomei o contato, esperando encontrar respostas sobre sítios citados na bibliografia. Mas, para minha surpresa, encontrei muito mais.

O professor Ruivo é natural de Rio Grande e lecionou na FURG entre as décadas de 1970 e 2010. Seu interesse precoce por arqueologia e antropologia fez com que sua trajetória se entrelaçasse com importantes eventos do século XX, que ajudaram a moldar os rumos da pesquisa arqueológica na região sul do Brasil. Entre suas contribuições mais significativas está a fundação do LEPAN, em 1983, e sua dissertação de mestrado, que trata das pesquisas pioneiras conduzidas pelo Grupo Excursionista Rondon nas décadas de 1940 e 1950.

Antes da entrevista transcrita a seguir, tivemos algumas conversas informais onde ele compartilhou sua trajetória profissional. Esses encontros originaram as perguntas que estruturam a entrevista e guiaram minhas intervenções. À época, eu ainda não conhecia sua dissertação nem os trabalhos do Grupo Rondon — o que faz da entrevista, também, o registro do meu próprio processo de descoberta e aprendizado.

Nos próximos números da Revista Arché, serão publicados textos fornecidos por ele no momento da entrevista, junto com o acervo fotográfico. Esses materiais, até então acessíveis apenas como relatórios internos, circulavam em cópias limitadas e de difícil acesso. Agora,

¹ Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas e Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). E-mail: fbernardes.dev@gmail.com.

² Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Licenciado em História pela FURG, foi fundador do LEPAN, um dos responsáveis pela criação do curso de Arqueologia e professor de vários cursos da FURG.

ganham nova visibilidade, como parte desse esforço de resgate e valorização da memória de um contexto de pesquisas ainda pouco explorado.

Foto 1, 2 e 3 – Projetos em que o Professor Ruivo participou



Fonte – Acervo do Prof. Ruivo

ENTREVISTA

1. Como ocorreu o seu ingresso na carreira acadêmica?

José Carlos Ruivo: Na época, eu estava fazendo vestibular para Medicina. Era a minha primeira opção, moda na época. E a minha segunda opção era *História*. Eu acabei com a *História* — que era uma paixão antiga —, me fascinando com as sequências, com os relatos, enfim, com o pensamento histórico. E, quando eu concluí, ocorreu que havia necessidade de professores, até porque a professora que lecionava Antropologia — que era considerada uma disciplina desafiadora pelos colegas — passou a ter problemas de coluna. Ela morava em Pelotas e vinha com frequência. Aí, o médico a proibiu de fazer as viagens e eu, naquele momento, tinha retornado da USP. Eu vivi uma experiência de um ano na USP, como estudante na *Pós-Graduação em Antropologia*, mas eu tive conflitos com a minha orientadora. E esses

conflitos chegaram a um impasse em que não foi mais possível continuar. E, ao retornar para cá, eu tinha estabelecido um vínculo com a Universidade e, na ausência de qualquer pessoa que pudesse lecionar *Antropologia*, eu assumi; e, também, *História da África*. Basicamente, foram estas duas disciplinas que eu comecei a lecionar.

2. *Em que ano ocorreu a abertura da disciplina de Antropologia na FURG? Na UFRGS, começou a existir depois de 1945... um marco da Antropologia no Rio Grande do Sul.*

José Carlos Ruivo: Eu nunca fiz essa pesquisa para saber, na FURG. O que eu sei é que havia um professor, chamado Wander Valente, que já havia lecionado; ele era geógrafo, formado em Geografia, e havia lecionado Antropologia. Depois eu fui descobrir, era uma pessoa extremamente vinculada ao professor Guilherme Naue. Era um apaixonado pelas pesquisas arqueológicas. Eu só fui descobrir isso através da *Revista Ipiranga*, onde aparecia as fotos dele, junto com o Naue. Deveria ter uma outra pessoa, que fotografava a ambos, não é? E o professor Wander Valente teria lecionado Antropologia, mas aí essa professora assumiu, e ele foi retirado.

Quando ela se mostrou impossibilitada de continuar, o professor se recusou, porque ele achou que tinha sido desprezado. E aí, então, criou-se um vácuo e ninguém se sentia disposto. E eu estava chegando com uma experiência, mesmo que precária da USP. Acabei me enveredando pela Antropologia. Eu acredito que a Antropologia tenha se desenvolvido em Rio Grande desde antes de 1980, como disciplina de sala de aula, nos cursos de Estudos Sociais, Geografia e História. Em 1979, eu estava dentro da FURG e, a partir daí, comecei a lecionar uma série de disciplinas, como História Geral, em vários cursos, como de Geografia, História Econômica... Mas, o meu sonho era, efetivamente, me voltar para aquilo que na época, nós conhecíamos por Pré-História.

Então, eu tinha esse fascínio, só que, quando eu fui pra USP, eu não sabia que tinha um Instituto de Pré-História. Se eu tivesse me vinculado, parece que as coisas teriam sido bem mais fáceis, do que a trajetória pela Antropologia. Mas, mal ou bem, foi na Antropologia que eu consegui me enraizar.

Então, eu tinha sido muito sensibilizado pela História da Antropologia, através de uma disciplina que eu tinha feito com a professora Tecla Hartmann. A professora dava um histórico da Antropologia e mostrava a figura de Franz Boas, como uma pessoa que ia à campo, que criou espaços de pesquisa... Era algo, assim, que me fascinava. Então, logo que pude, em 1981, eu sensibilizei os estudantes que eles têm que fazer pesquisa de campo. Eles ficaram muito interessados e eu montei um curso de Pesquisa de Campo em Antropologia. Era um cursinho rápido que eu dava — no turno na manhã; as aulas funcionavam no turno da tarde, por sete dias. E aí, então, a gente ia para campo, na Ilha dos Marinheiros. Funcionou durante três anos. Foi uma experiência muito enriquecedora.

Então, eu tinha aquele desejo de ir pra campo. Coincide que em 1982, a filha do professor Mentz Ribeiro veio estudar Enfermagem aqui em Rio Grande. E ele chega para passar as férias com a filha, entra em contato com a Universidade e oferece um curso de Introdução à Arqueologia. Este curso de Introdução à Arqueologia, dado pelo professor Mentz Ribeiro, é *o pontapé inicial da coisa toda*. É verdade que havíamos sido sensibilizados pelo professor Guilherme Naue, no Colégio São Francisco, onde ele mantinha um laboratório. Todo este

material foi, depois, levado para a PUC. Então, lá, a gente via as coisas acontecendo. Por algum motivo, eu nunca fui convidado, eu nunca me envolvi com as pesquisas de campo do professor Guilherme Naue. Mas, a paixão que ele tinha, o fascínio, era algo que, com certeza, seduziu a todos nós.

3. *E tu tens ideia de desde quando existia esse laboratório no Colégio São Francisco?*

José Carlos Ruivo: Eu não tenho clareza, mas eu afirmaria que é final dos anos 1960. Ele fazia suas pesquisas no final de semana. Ele trabalhava, durante a semana, como professor e, no final de semana, ele ia sozinho [...]. Mais adiante, ele conquistou alguns estudantes, que o acompanhavam. Mas, era um trabalho muito difícil [...]. Em 1983, eu resolvo consolidar o segundo curso de Introdução à Arqueologia, dado pelo professor Mentz Ribeiro, e aí então eu dou origem àquilo que a gente chamou de *Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia* (LEPAN), e depois o professor Mentz Ribeiro acrescentou “e Arqueologia”. Então, em 1983, a gente começa a dar um curso de Introdução à Arqueologia; nós dávamos no primeiro semestre, e no segundo semestre, nós dávamos Introdução à Pesquisa de Campo em Antropologia.

4. *Alunos de que cursos faziam essas disciplinas no LEPAN?*

José Carlos Ruivo: Nós lecionávamos, nessa época, para a Geografia, e para a História. E o curioso é que a maioria dos estudantes, eu diria, 90% dos estudantes era aluno da Geografia. Era uma coisa muito interessante. Eu não conseguia atrair os estudantes da História. Eu achava que faltava uma disciplina que, mais adiante, 1991-1992, se chama Introdução à Arqueologia e, em seguida, uma disciplina semestral, que foi lecionada por mim; depois, Introdução à Pré-História.

5. *Qual foi o tema que você pesquisou durante esses períodos iniciais da sua vida acadêmica?*

José Carlos Ruivo: Em princípio, eu nem posso dizer que a gente fazia pesquisa, na perspectiva que se tem atualmente. O que a gente fazia, na realidade, era tentar fazer com que os estudantes tomassem um contato com o mundo do campo, com os fenômenos humanos, ao vivo? No caso da Antropologia, entrevistando camponeses, e aí então, eles faziam um pequeno relatório, e me entregavam, como conclusão dessa experiência de campo. A gente ensinava como montar essa “pequena monografia”.

6. *Durante o período que tu passou na USP, fazendo o seu mestrado lá, foi definido algum tema de pesquisa?*

José Carlos Ruivo: Na USP, eu não cheguei a trabalhar, não. Na USP, a coisa ficou, assim, muito ampla; eu me fascinei, não é? Eu fui frequentar disciplinas com o professor Lux Vidal, que me apresentou a *Etnologia Brasileira*; fiquei fascinado, assisti palestras do professor Egon Schaden, porque a perspectiva de *Antropologia* que eu tinha aqui era muito limitada, extremamente limitada. A bibliografia era extremamente limitada; eu inclusive não tinha uma

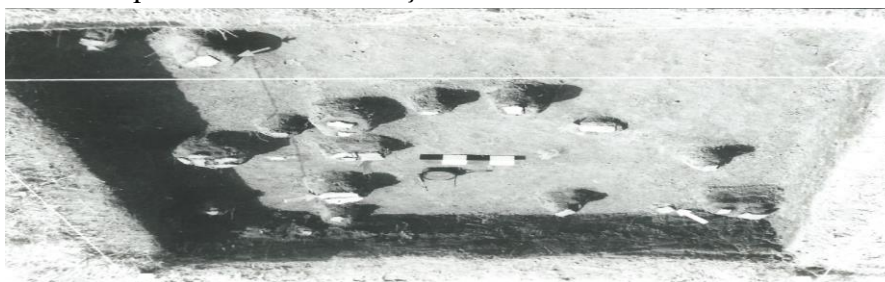
noção clara do que era *Antropologia*. Eu só sabia, eu tinha consciência de que a *Arqueologia* deveria fazer parte da *Antropologia*. Por isso que eu me dirigi para a *Antropologia* na USP, na expectativa de, lá, poder me voltar para a *Arqueologia*, como uma subárea, do grande horizonte que era, para mim, a *Antropologia*.

Em 1983, então, num primeiro semestre, damos início ao curso de *Introdução à Arqueologia*. Convidamos alguns colegas, inclusive que conhecemos numa pesquisa de campo em Itapeva, como a professora Beatriz Thiesen. Havia outros colegas de Porto Alegre, que eu não recordo, agora, os nomes. Mas, então, ali nós fizemos [...] e iniciamos o trabalho de pesquisa, digamos, formal.

Com o professor Mentz Ribeiro, nós tivemos a oportunidade de iniciar coletas superficiais, nas *Areias Gordas*, em São José do Norte [...]; hoje é um bairro, as casas arruadas ..., enfim, não tem absolutamente nada. As imagens que ficaram no LEPAN, que a gente sempre deixava esse material, como parte do acervo, eram dunas, quem sabe perto de uma dezena de metros de altura, onduladas, e aquele material espalhado. A gente encontrava uma ou outra concentração, na medida que o vento e a chuva iam expondo. Chegamos a ir umas duas vezes lá. Era uma verdadeira aventura. Tínhamos que pegar o barco da FURG, um barco a motor, uma lancha e ir até lá. Demorava mais de uma hora e a gente ficava lá, mais ou menos, umas duas ou três horas, e aí retornávamos, geralmente, à tarde. Era realmente uma grande aventura, os estudantes adoravam essas minhas saídas de campo.

Depois, a gente fez na Ilha dos Marinheiros. A ideia foi se concentrar num local, para tentar fazer “um sítio-escola”, aprofundado, para adquirir domínio da prática Arqueológica. E essa prática Arqueológica em que a gente se amparava, estava apoiada no *Manual de Introdução à Arqueologia* do professor Mentz Ribeiro. Ali tinha toda uma sequência metodológica, que havia sido esplanada por ele, nos dois cursos de *Introdução à Arqueologia*. Então, isso serviu de base.

Foto 4 – quadrículas de escavação



Fonte: acervo do Prof. Ruivo

Com relação à bibliografia, a gente tinha uma prática. Dada a carência de livros e fontes bibliográficas, eu peguei um hábito: toda vez que eu pegava um livro bom de Antropologia, ou de Arqueologia, a primeira coisa que eu ia ver, mesmo não tendo conhecimento da produção desses autores, era a bibliografia. Eu lia toda a bibliografia. E, na medida em que eu ia lendo, desse e daquele outro livro, começava a ficar, como se fosse um resíduo na minha cabeça, de certos autores que se repetiam. Na medida do possível, quando eu fazia uma viagem, eu destinava um turno — uma manhã, ou uma tarde —, para ir numa boa livraria. Eu perguntava para os professores. Fiz isso em Curitiba, no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. Eu ia para as livrarias, ficava duas, três horas, lá, olhando lombadas de livros. E, conforme eu me interessava, ia puxando essas lombadas e, no final, eu via o que estava dentro do meu bolso adquirir. O que eu não podia, anotava, junto com o nome da pessoa, o atendente, telefone, e aí, durante o ano, eu ia me comunicando e ia trazendo bibliografias. Isso me permitiu, inclusive, começar a entrar em contato com bibliografias que eram editadas em Portugal, Espanha, México... porque era um material que eu poderia utilizar com os meus estudantes, em sala de aula. Então, era um processo muito demorado; às vezes eu levava seis meses, quase um ano, mandando perguntar se estava disponível. Eles levavam mais três a seis meses para me dar a resposta, enfim, mas assim a gente começou a reunir alguma bibliografia.

No caso específico da bibliografia sobre *Arqueologia*, a gente começou desta maneira, mas, naturalmente, quando eu ia fazer visita aos colegas, ao professor Igor Chmyz, ao padre Schmitz, e aos colegas que se reuniam [...], porque também coincidiu por essa época um evento que o padre Schmitz promovia: ele reunia professores de Antropologia, das mais diversas Universidades do Rio Grande do Sul, lá na UNISINOS. E lá, eu passei a tomar contato com esse pessoal.

7. Esse mesmo grupo de professores acabou dando início à criação da SAB na década de 1980, não foi?

José Carlos Ruivo: É possível. Eu não recorro dos nomes deles, mas, de qualquer forma, ali a gente começou a “trocar figurinhas” e começamos a reunir bibliografia. O professor Guilherme Naue foi muito importante. Ele, uma pessoa extremamente atenciosa, permitiu tirar xérox de materiais, principalmente as publicações dele. Depois, ter acesso ao material do padre Schmitz, a tese e artigos que eram publicados. Então, isso foi nos dando alguma base.

8. O que você sabe sobre pesquisas arqueológicas desenvolvidas na cidade de Rio Grande, em um período anterior às pesquisas desenvolvidas pelo PRONAPA?

José Carlos Ruivo: Na década de 1930 — isso inclusive serviu de fonte, para que eu pudesse redigir a minha dissertação de mestrado, defendida aqui na FURG no curso de Educação Ambiental, em 2003. Foi quando eu concluí, mas eu comecei, se não me engano, em 1996 ou 1997. Naquela época, havia essa possibilidade de alongar as coisas. E foi, inclusive, um momento bem exigente para nós. Mas, de qualquer forma, eu tinha um certo fascínio com a questão ambiental e a Arqueologia. Mas eu tive a oportunidade de entrevistar o professor Oscar

Sérgio Pernigotti e outros professores. Esta entrevista, inclusive, consta como anexo na minha dissertação de mestrado.

Na entrevista, os professores Pernigotti e Copstein, na época professor de Geografia da UFRGS, me mostraram que, quando jovens, adolescentes, no final dos anos 1930, tinham feito as primeiras coletas, pesquisas arqueológicas. E isso para mim, foi algo muito surpreendente. Eles fundaram um grupo chamado “Grupo de Excursionistas Rondon”. Segundo eles, o [Marechal] Rondon fazia pesquisas, tomando contato com índios, e isso fazia parte da literatura, da imprensa, eles, como jovens, eles diziam [...] “vamos caçar, pesquisar os índios daqui”. E, aí, foram atrás dos vestígios de índios. Eles relatam que havia pessoas, adultos, que tentavam sensibilizar as crianças, para aquilo que eles chamavam de “panela de índio”. E estes jovens, que pertenciam a famílias economicamente bem situadas, tiveram acesso inclusive a livros que existiam na *Biblioteca Riograndense*, que eram emprestados a eles. E, com isso, começaram a reunir materiais, envolvendo aquilo que é chamado por eles de “Forte Sant’Ana”³. Somente uma outra escavação poderia revelar alguma coisa — ali havia uma grande concentração de cerâmica e, provavelmente, outros vestígios. Não sei que tipo de vestígios teria ficado ali próximo ao pórtico de entrada de Rio Grande. Aparece no texto “Depósitos Arqueológicos do Município do Rio Grande”, de Oscar Pernigotti e Áureo Almeida, que fez uma planta.

O Oscar Sérgio Pernigotti tinha um sonho de ser arqueólogo [...] nunca foi. Foi médico, mas sempre teve aquele desejo de ler, de se instruir. Foi isso que motivou ele a redigir esses trabalhos como *O Sítio Arqueológico da Hidráulica* e a *Povoação de Sant’Ana do Estreito*, que era uma população próxima àquilo que hoje realmente teria sido a defesa. Uma “taipa”, como a História mesmo relata. Esse pessoal, no final dos anos 1930 começou a recolher esses materiais e, nos anos 1950, eles estão tão interessados, que alguns já estão naquela fase de sair da cidade, para buscar a formação fora. Vão esquecendo, abandonando e resta, na época o Áureo Almeida, que toma contato com o professor José Proença Brochado.

O Brochado estava fascinado, na época, com Arqueologia Egípcia, e o Áureo Almeida diz pra ele: “larga mão disso”! “Vou te mostrar, nós temos índios e vestígios em Rio Grande”, e isso faz com que o Brochado fique seduzido e vá, mais adiante, fazer o curso de História e, como nós estávamos comentando anteriormente, ele faz esse, acho, primeiro trabalho, *Arqueologia Descritiva das Jazidas Paleoetnográficas da Região Sul*, aonde ele mostra já o fôlego que ele vai desenvolver mais adiante. Isso na década de 1950, início dos 1960. Esse material que foi recolhido, eu não saberia te dizer onde ele ficou reunido. Quem sabe, a leitura desses materiais do Oscar Pernigotti e do Áureo Almeida, dê alguma sugestão. [...] Esse pessoal dos anos 1930 e 1940, ouviram falar que passou por Rio Grande, nos anos 1920, o Antônio Serrano. Ele teria feito pesquisas na nossa região e teria feito algum tipo de publicação, que identificaria, a partir dos vestígios, que populações indígenas sobreviveram, viveram em períodos recuados, aqui na cidade de Rio Grande. Já em meados da década de 1960, para o final, o professor Guilherme Naue, que havia sido sensibilizado pelo professor Pedro Ignácio Schmitz, vem pra cá e, no Colégio São Francisco, ele começa a reunir material arqueológico.

[...]

³ Próximo à Hidráulica – hoje um bairro, completamente ocupado por casas.

O professor Guilherme Naue, então, nos anos 1960 pretende aplicar aquilo que era conhecido como a metodologia do PRONAPA nas pesquisas que ele faz aqui na região. Pesquisas, por vezes, solitárias, por vezes acompanhadas. Tem algum registro desse trabalho do professor Guilherme Naue, inclusive com imagens, na *Revista Ipiranga*, publicada pela própria Refinaria Ipiranga.

9. *Você teve alguma relação com as pesquisas ou com os pesquisadores vinculadas ao PRONAPA? Se sim, como que ocorreu esta relação?*

José Carlos Ruivo: Sim. Até então, eu não tinha conhecimento que a metodologia que o professor Mentz Ribeiro trouxe para nós nos cursos de Introdução à Arqueologia I e II, era a metodologia do PRONAPA. Como a gente não tinha nenhuma perspectiva anterior, naturalmente, a gente adotou, como se fosse “a metodologia”, que era a utilização de quadrículas de metro e meio por metro e meio e níveis artificiais de 10 centímetros [...].

10. *Você chegou a ter contato com as obras da Betty Meggers, como o livro de “Como Interpretar Imagens de Cerâmica”, que circulou muito nessa época e marcou as ideias do PRONAPA, que sintetizou a metodologia de como trabalhar com cerâmica?*

José Carlos Ruivo: Eu não tive. Inclusive, sugiro que veja a tese de doutorado do professor Mentz Ribeiro. Parece que ele fez essa síntese.

11. *Se discute muito a ideia de que ocorreu uma variação regional do PRONAPA aqui em Rio Grande. Dentre os pesquisadores que você citou, apenas o Brochado⁴ foi diretamente vinculado ao PRONAPA. Além dele, também trabalhou no Rio Grande do Sul pelo PRONAPA, o Eurico Miller⁵. Estes outros pesquisadores, o Schmitz, o Naue, e você, ninguém trabalhou com a metodologia do PRONAPA?*

José Carlos Ruivo: Eu, efetivamente, não tive contato, exceto através do professor Mentz Ribeiro, que se remetia muito à Betty Meggers, com quem ele tinha até uma relação pessoal. O casal Betty Megers e Clifford Evans teria recomendado que se “apagasse” a ideia da *História Etnográfica*, e que se “passasse a régua”, começando do zero, de maneira que as culturas, no sentido de vestígios materiais, receberiam o nome vinculado à geografia, e toda a pesquisa era desenvolvida, com coleta superficial, poucos testes, níveis artificiais de 10 centímetros, enfim, um material que, de alguma forma, a gente pretendeu reproduzir na própria FURG. Esse foi o nosso contato, digamos assim, com o PRONAPA. Nunca tomei contato com a bibliografia e o próprio nome foi uma certa surpresa, porque eu, realmente, desconhecia, mas acredito que a metodologia que o professor Mentz Ribeiro utilizava era a metodologia, senão edificada, uma versão, do PRONAPA.

⁴ Brochado trabalhou em Rio Grande bastante tempo e teve uma perspectiva mais ampla, trabalhando em algumas regiões mais no centro do Estado, inclusive junto com o Schmitz, de quem foi aluno.

⁵ Faleceu em 2018. Após o PRONAPA continuou trabalhando no norte do Estado em Taquara e São Francisco de Paula.

12. Em 1981 foram as primeiras pesquisas que tu fez com ele e as pesquisas em Rio Grande, vinculadas ao PRONAPA finalizaram por volta de 1976, marco deste período final, que foi quando ocorreu a publicação da tese de livre docência do Padre Schmitz. Como foram os primeiros anos de sua vinculação como professor da FURG?

José Carlos Ruivo: Quando eu comecei a trabalhar na FURG, as aulas eram de “cuspe e giz” — o professor escrevia o que ele sabia no quadro. A gente não tomava contato com literatura, bibliografia. A experiência que eu tinha tido na USP, eu não podia ignorar. Então, eu “forcei a barra”, junto com uma colega, que tinha chegado há pouco tempo do Rio de Janeiro — Maria Luiza Queiroz. Nós resolvemos — a partir, também, da experiência dela — lidar com xérox, com leitura de textos em sala de aula. Então, saía da questão do “cuspe e giz”, e passava a ser um debate sobre aquilo que a gente lia; Introduzimos, assim, uma nova metodologia e isso eu expandi para todos os cursos aonde eu lecionava - Geografia, História e quase cheguei a lecionar no curso de Economia nessa época, envolvendo Antropologia e História Econômica. Especificamente, quando a gente pensa na questão da pesquisa — eu não sei se isso ficou bem claro —, o trabalho que a gente desenvolvia era como se fosse uma *extensão*, no sentido de os estudantes terem contato com a comunidade, poderem ouvi-la, colocar o conhecimento teórico na prática e a produção de um relatório final. Inicialmente, a gente investiu muito no trabalho de pesquisa etnográfica, que se encerrou em 1983. Nós não tínhamos mais condições de ir adiante, porque ocorreu uma série de situações: os estudantes ficaram fascinados e nas férias, juntavam turmas para ir para lá, e começaram a causar tumulto na vida dos agricultores da Ilha dos Marinheiros: andavam pelados, tomavam “trago”, e aí eu percebi que eu estava criando mais problemas do que respostas. Daí, eu interrompi esse trabalho de campo e, naturalmente, passei a investir mais folego na Arqueologia.

13. As pesquisas etnográficas foram na Ilha dos Marinheiros ou teve mais algum outro lugar? Envolvia agricultores e pescadores, também?

José Carlos Ruivo: Essencialmente, na Ilha dos Marinheiros. Como a Ilha é muito grande, mais de uma dezena de quilômetros, então, primeiro, a gente começou a fazer entrevistas; geralmente colocava um casal de estudantes numa área de cinco quilômetros. Nós tínhamos em torno de dez estudantes, então ficava uma área bem ampla e, ali, eles entrevistavam a população. Começamos por “Bandeirinhas”, depois “Porto do Rei”, até “Marambaia”, depois de “Marambaia” até aquilo que se chamava “a outra costa”, também conhecida como “Coreia”. Nunca chagamos aos “fundos” da Ilha, porque a coisa estava muito tumultuada e eu interrompi. E aí, a partir desse momento, de 1983 em diante, a gente começa a investir no LEPAN, no sentido de levar os estudantes à campo, inclusive, sempre que havia algum tipo de atividade envolvendo a Arqueologia, a gente, se podia, levava os estudantes também, para acompanhar. Então, foi um momento, assim, muito rico; os estudantes adoravam o campo. Era como se fosse o DCE deles. Eles ocupavam aquilo, as vezes parecia que era mais deles, porque eu vivia muito envolvido com sala de aula, com leituras. A cada sábado, de manhã, nós tínhamos um estudante que apresentava uma leitura de um texto, envolvendo a Arqueologia. Então, a gente reunia todo o pessoal, em torno de quase dez pessoas. Nem todos frequentavam. A gente debatia e refletia para poder desenvolver o conhecimento comum sobre a bibliografia, sobre o domínio da prática

arqueológica. Era uma coisa muito rica. Essencialmente, nós não chegamos a fazer uma nova pesquisa, não houve um Relatório de Pesquisa. Houve coleta de material e, na medida em que a gente ia avançando, a gente pretendia dominar toda aquela sequência proposta pelo professor Mentz Ribeiro, que envolveria a análise de laboratório. Eu não tinha esse conhecimento. E, nas primeiras tentativas de dominar a interpretação da cerâmica e as mais diversas análises que eram possíveis, infelizmente, eu não encontrei mais a disponibilidade, fosse do Naue, fosse do professor Mentz Ribeiro e aí coincidiu também com um período muito difícil da minha vida. Perdi um familiar e, então, fui fazer o Mestrado em Antropologia na UFRGS. Concluindo a parte teórica, voltamos para cá, pretendendo reativar o LEPAN, sob a nossa orientação. Outros colegas o mantiveram [...] continuaram as pesquisas aqui.

Nesse meu retorno, ocorre inclusive um fato na época, que foi muito impactante. A Prefeitura começa a cortar, a retirar a areia das dunas para aterro, e essas dunas, bem na frente da saída da FURG, na estrada Rio Grande – Cassino, onde se instalou um moinho. Os estudantes viram que ali tinha material arqueológico e interromperam a estrada. Coincidiu que o Prefeito estava passando; teve conflito com o carro do Prefeito [...]; quase deu crônica policial. O fato é que, a partir daí, a gente começa, inclusive, a produzir um relato, como consultor da Polícia Federal, tentando apresentar um cenário da Arqueologia específica, envolvendo o caso do conflito jurídico, quase policial, do Moinhos Pereirinha.

Quando eu começo a tentar desenvolver pesquisas envolvendo sítios em torno da *Barra Falsa*, eu recebo um aviso do Patrimônio Histórico que eu precisaria ter uma formação específica, e também desenvolver projetos, que fossem de conhecimento do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, e aí então é que a gente se volta para fazer o curso de Arqueologia, que estava começando uma especialização na PUC.

14. Tu fez esse curso de Especialização em Arqueologia? Quando teve início?

José Carlos Ruivo: Fiz. Só que ocorre uma coisa: acidentes da vida. Sofri um acidente, que fraturei costelas, o cóccix; isso tornou impossível continuar as viagens. Começou em 1991. E aí então, eu não tinha mais condições de viajar, nem de desenvolver pesquisas. Eu passei, praticamente, dois anos enfrentando problemas, até a consolidação definitiva, e eu me sentir bem. E, preocupado com isso, eu fiquei sabendo que o professor Mentz Ribeiro havia se aposentado em Santa Cruz do Sul. Então, ele veio para cá e a presença dele, naturalmente me deixou muito feliz, porque eu não tinha mais condições de levar adiante, e a gente conhecia a competência dele. E ele trouxe toda o seu domínio da Arqueologia e coincide, inclusive, que quando ele está dirigindo o LEPAN, ele chega a ser o Presidente da SAB. Estava projetando aquilo que se tinha de Arqueologia no Rio Grande do Sul e em Rio Grande, em nível nacional. Então, nós ficamos muito felizes. Mais adiante, é que quando o professor Mentz Ribeiro pretende se aposentar, é feita uma chamada e aberta a possibilidade de professor substituto. A professora Beatriz acaba vindo para a FURG. Isso foi um encontro muito feliz, porque ela, mais adiante, é quem vai dar seguimento ao próprio LEPAN. Que, diga-se de passagem, lá em 1981, 1982, eu não recorro exatamente, a professora Beatriz Thiesen participou da primeira pesquisa que a gente faz, formal, com estudantes, já no curso de Introdução à Arqueologia que a FURG oferecia, como disciplina da Graduação no curso de História.

15 Embora já tenha sido falado sobre o momento da criação do LEPAN, em que contexto de debates, apareceu a ideia de sua criação, quais foram as pessoas envolvidas nesse processo, e de que maneira essas coisas contribuíram para sua criação?

José Carlos Ruivo: Basicamente, sou eu quem polarizo o grupo de estudantes, pelo fato de, entrando em contato com a direção do Departamento de Biblioteconomia e História, a gente solicita a aquisição de alguns materiais, e há uma grande sensibilidade, fosse pela simpatia do professor Mentz Ribeiro, fosse pelos vestígios que a gente trouxe. Havia sempre um grande impacto, porque as pessoas ignoravam essa riqueza arqueológica que o município tinha. Elas trabalhavam com outras áreas do conhecimento, da História, e isso toca, choca, chama a atenção. A partir desse momento, a Universidade investe, adquire equipamentos, para que a gente pudesse fazer o trabalho de campo, desde barracas, níveis, microscópio, uma série de coisas, enfim, que se pretendia utilizar na pesquisa, na montagem do LEPAN.

O LEPAN, portanto, é o resultado — insistindo — do professor Mentz Ribeiro, da minha intenção, de reunir estudantes, pra ter um exercício das teorias que a gente apresentava em sala de aula. E isto gera uma fermentação, uma efervescência muito grande que, aos poucos, foi repercutindo.

16. Em relação à parte institucional da FURG, foi fácil a criação do laboratório? Teve resistência?

José Carlos Ruivo: Isso é uma coisa surpreendente. Como a gente havia lembrado, há uma grande sensibilidade. A gente, na medida que consegue reunir esse material, convidava os professores, a direção do antigo Departamento de Biblioteconomia e História, que era dirigido, predominantemente, por professores da História e, então, havia uma certa facilidade das solicitações. A gente teve uma preocupação, muito pontual no seguinte aspecto: nós sabíamos que era muito difícil desenvolver pesquisa na FURG. Por quê? Não havia um grande domínio sobre a produção de projetos, não havia um grande domínio, de maneiras que a gente pudesse ter uma clareza muito grande do que realizar, era uma coisa muito inicial. E, preocupado com a manutenção, os recursos do laboratório, nós utilizamos o seguinte artifício: o **LEPAN** era **Laboratório** - portanto, um local de fazer a utilização de técnicas e práticas; **de Ensino** - ou seja, os estudantes que frequentavam a Graduação, teriam a oportunidade de vivenciar a prática do seu ensino, dentro do laboratório e em campo mesmo, trazendo o material, recolhendo o material em campo. **De Ensino e Pesquisa**, porque a ideia era dominar o ciclo completo e poder chegar naquilo que o professor Mentz Ribeiro, de alguma forma, nos estimulava, que era a produção do texto, ou seja, a comunicação, através de publicações, fato que, a gente, infelizmente – lá no início dos anos 1990 – estava com uma série de situações, que tornou impossível prosseguir, por isso que foi muito bem-vindo o professor Mentz Ribeiro.

17. Quais foram os projetos desenvolvidos no laboratório, durante o período que você esteve na coordenação do mesmo, incluindo o período em que ficou afastado, até 1994, quando entrou o professor Mentz Ribeiro? Quais foram as regiões que foram alvo de pesquisas?

José Carlos Ruivo: Primeiro, se fez algumas coletas superficiais nas *Areias Gordas*. Fomos lá duas vezes. O trajeto era muito complicado. Nós não tínhamos clareza da existência de sítios arqueológicos próximos e a gente só tinha conhecimento daquilo que o professor Guilherme Naue tinha publicado, não é? Que era o sítio envolvendo um grupo de caçadores-coletores, junto ao *Arroio Vieira*. Nós fomos lá, mas o material estava muito revolvido já, e não era possível a gente encontrar nada significativo. Fomos no **Clube dos caçadores**. E, graças aos estudantes — num final de semana eles saíram, perguntando para as pessoas, como o próprio professor Mentz Ribeiro havia dito, aonde tinha terra preta, aonde tinha elevação, aonde tinha acúmulo de cerâmica, um material parecido com telha - a gente descobriu o sítio **Fazenda Soares**, Juca Soares, não é? Uma ampla extensão de material - cerâmica Guarani, material belíssimo, cerâmica pintada — a gente nunca tinha visto. Ali era uma fonte privilegiada, uma área de mais ou menos, uns duzentos metros, no mínimo, de fragmentos espalhados. E, a partir dali, nós descobrimos um outro local, chamado **Morro do Índio**, conversando com as pessoas: “olha, tem um local, chamado *Morro do Índio*”, que ficava, digamos: [...] o sítio **Fazenda Soares** ficava próximo à lagoa, e o *Morro do Índio* mais atrás, numa elevação de dunas, que tinha junto ao sítio, *Fazenda da Picada*. Ali era, aquilo que a gente chamava de **Morro do Índio**. Segundo o que as populações diziam, naquela época. E, nesse mesmo tempo, a gente descobre o contato com o agricultor Ariano Souza. Ele nos mostra que o professor Guilherme Naue teria andado por ali, e aí, a gente perguntou para ele, “e onde o professor andava?” E aí, ele nos mostra essas pequenas elevações que tu encontra — várias delas em linha —, como se estivessem acompanhando a elevação da lagoa. Então a gente escolhe — a partir de uma noção clara de que havia uma sequência em linha, de sítios, em uma região mais elevada, que a gente imaginava serem sítios mais antigos; havia uma região intermediária, que a gente imaginava ser um pouco mais recente, comparando com aqueles que ficavam mais acima, e, naturalmente, uma terceira linha de sítios, muito próximos à beira da lagoa. Nós optamos por essa intermediária, porque era mais fácil, próxima da casa do seu Ariano. Enfim, a gente não tinha que roçar mato, sabe, era campo mesmo, ali. E começamos a fazer a pesquisa, colocamos o nosso foco, ali na **Barra Falsa**, que é onde fica o seu *Ariano Souza*. Posteriormente, em 1986, nós fizemos uma pesquisa, infelizmente a gente deu o único mapa que tínhamos, na esperança que fosse publicado, e não ficamos com cópia. Nós percorremos o **Canal do São Gonçalo**, de barco, desde a Lagoa Mirim, até próximo à Barragem. E a gente ia conversando com as populações e, naturalmente, onde havia “ruínas”, a gente parava, e era muito comum encontrar um ou outro fragmento de cerâmica, mas nós não fizemos nenhuma coleta específica; a ideia era a identificação desses locais, para posterior pesquisa, coisa que nunca veio a acontecer.

18. O que realmente aconteceu com o mapa enviado à publicação?

José Carlos Ruivo: Nós conseguimos mapas do Exército, onde fizemos várias marcações - Eu não sei se esses mapas, ou essas marcações não tenham ficado no LEPAN. A gente conseguiu sensibilizar a Reitoria — o que na época era muito difícil —, e tinha que sensibilizar o Exército a nos permitir a aquisição desses mapas. E aí, então, de posse desse material, a gente tinha o mapeamento do interior do nosso município, e mesmo arredores daqui. Baseado nisso, marcamos esses sítios, mas não tenho nada que pudesse identificar, porque a nossa desconfiança era a seguinte: como havia uma concentração da pesquisa junto à Lagoa dos

Patos, a gente tinha muita vontade de saber — e o outro lado, junto ao *Canal de São Gonçalo*? Os índios deveriam ter ocupado aquela região, também. Então, a gente não tinha nenhum tipo de informação.

19. *E na sequência, foram feitas pesquisas em outras regiões, ou ficou basicamente concentrado aí?*

José Carlos Ruivo: Não. Foi nessa época que a gente se volta para fazer Antropologia na UFRGS, e mais adiante, a gente se envolve com o trabalho de pretender reativar o LEPAN, aí sob a nossa orientação. Então, quando a gente retornou da UFRGS, inclusive nos envolvendo com Arqueologia, aí vêm os acidentes, as dificuldades de levar adiante a elaboração de projetos, tudo isso pra mim, morte na família, me tumultuou muito a vida, e eu dei “Graças à Deus”, quando o Mentz Ribeiro chegou. Eu disse: “Bom, não vai morrer”, porque essa era a minha preocupação.

20. *Como ocorreu a transição do laboratório para o professor Mentz Ribeiro e o ingresso dele na FURG?*

José Carlos Ruivo: O professor Mentz Ribeiro ele é convidado, participa de um concurso e é integrado aqui, como professor da FURG. De imediato, ele assume algumas disciplinas, como *Introdução à Arqueologia*, que eu lecionava; *Pré-História* e, a partir daí, se não me engano, ele cria mais uma outra disciplina, não sei se é *Arqueologia da Antiguidade*, uma coisa assim, eu não recordo exatamente. Porque, aí, eu procurei me afastar, para não estar fazendo essas disputas, que são muito peculiares de egos. Então, o professor Mentz Ribeiro ficou como quem iluminava o LEPAN e seguiu em frente.

21. *Transcendendo, um pouco, a tua carreira acadêmica na FURG, podes falar um pouco sobre as tuas pesquisas, após a desvinculação do LEPAN? Quais foram os temas que tu pesquisou depois? Eu acho extremamente importante tu falar sobre isso aí.*

José Carlos Ruivo: Primeiro, um aspecto que, só com o tempo eu fui me dando conta, não é? Eu não tenho dúvidas de me reconhecer como iniciador. Eu tive oportunidade de, junto com outros colegas, dar origem ao curso de *Bacharelado em História*. Primeiro, consolidar a *História*, como curso. Ela tinha sido criada como curso de *Estudos Sociais* — Licenciatura curta, e depois *História* — Licenciatura plena. Então, a gente consolidou, por parte do corpo docente, o curso de *História* como uma coisa íntegra. Criamos o Bacharelado em História. Aí ficamos com a *Licenciatura em História* e criamos o *Bacharelado em História*, naturalmente junto com outros colegas, participamos da criação, melhor dizendo. Lecionamos no curso de *Geografia*; ajudamos, como membro do corpo docente na área de *Antropologia*, o curso de *Psicologia*; no curso de *Educação Física* também lecionamos na área de *Antropologia* e, para nossa felicidade, quando foi criado o curso de *Arqueologia*, nós nos desvinculamos da *História* e passamos para a *Arqueologia* e, ali, lecionamos durante esses últimos anos na Universidade - eu acho que desde 2006, ou 2007 -, lecionamos *História e Cultura Afro-Brasileira*. Para nós foi, uma experiência muito rica, porque a gente pode, enfim, ajudar numa expansão da

Universidade. Então, eu nunca me vi como um pesquisador. Na realidade, a minha formação é Licenciatura. Eu sou um professor, então, eu atuei muito mais como um professor. Na realidade, eu provoquei nos meus estudantes, pretendendo inclusive trazer bibliografia e comportamento mais criterioso, no sentido de desenvolver a pesquisa. Então, eu orientava os trabalhos, os exercícios de pesquisa deles. Publicações, eu fiz muito poucas - acredito que menos de cinco, sabe? — envolvendo uma contribuição da História na Ilha dos Marinheiros — pegando desde a antiguidade remota, que a gente chamava de Pré-História, até o final do século XIX. Depois, andamos escrevendo sobre uma proposta — no início da década passada — de programa para as disciplinas de *História e Cultura Afro-Brasileira*, e *História da África*, que eu lectionei, durante muitos anos. Mas nunca me tive como um pesquisador, mas mais como uma pessoa que estimulava os estudantes a escrever, a pesquisar e a desenvolver um espírito crítico, especificamente voltado para uma pós-graduação, mestrado [...]. Essa *História e Cultura Afro-Brasileira* é o desdobramento da união daquilo que eu venho construindo, durante anos. Uma perspectiva antropológica da *História Africana*, da *História dos Africanos no Brasil*, e uma perspectiva ligada à *Cultura Afro-Brasileira*. Então, logo que se pretendeu criar o curso, eu propus *História e Cultura Afro-Brasileira* e elaborei o programa. Provavelmente ele deve ter recebido modificações, mas, com certeza, foi um marco muito importante, até porque, era muito comum os estudantes ficarem surpresos, na década de 1990: “mas existe História da África”, no curso de História da FURG? Desde os anos 1980, a gente lecionava, mas nunca chegamos a fazer pesquisa. O que para mim, foi uma coisa muito dura, porque, quando eu me envolvi com a *História e Cultura Afro-Brasileira*, eu tive a oportunidade de me aproximar de Pais e Mães-de-Santo, aqui na cidade do Rio Grande e participar de algo que foi marcante na minha vida pessoal: o *Primeiro Encontro de Comunidades de Terreiro*, em nível nacional. Eu pude perceber como nós somos preconceituosos. A gente tem um preconceito incrível, a gente não enxerga coisas, a gente não consegue perceber. E isso mostra que eu não era “extraterrestre”. Eu fazia parte do povo e tinha as mesmas viseiras, que me atrapalharam muito de avançar nestas leituras sobre a nossa cultura afro-brasileira local.

Entrevista realizada em Rio Grande, RS, em 2017.

Degração/edição: Washington Ferreira

Revisão/edição: Liliane dos Santos Vieira

DESCONSTRUINDO A COLONIALIDADE E CONSTRUINDO SABERES

Ana Paula Moraes⁶
Andreina Silva⁷
Fernanda Mendes⁸
Vanessa Carvalho⁹

RESUMO

Este artigo discute e articula as relações entre modernidade, colonialismo, colonialidade e capitalismo, refletindo sobre suas complexas redes de poder e influência. Reconhece que a Arqueologia, historicamente, foi cúmplice desses processos, ao reproduzir dinâmicas do capitalismo colonial. Mais do que apontar para o passado, propõe uma análise crítica do papel da Arqueologia, admitindo que, considerando o conceito de colonialidade — entendido para além do colonialismo formal —, parte da prática arqueológica que ainda hoje pode perpetuar lógicas coloniais, contribuindo para a desvalorização das culturas dos povos colonizados. Ao longo do texto, são discutidos os impactos do capitalismo e da colonialidade tanto na produção de conhecimento, como na exploração exacerbada do meio ambiente e, conseqüentemente, das comunidades que o habitam. Contudo, o artigo também destaca o movimento contemporâneo da Arqueologia Colaborativa, que busca superar essa herança, adotando práticas inclusivas e dialogando com comunidades locais, como indígenas e quilombolas. Uma Arqueologia mais inclusiva promove a valorização dos saberes tradicionais e a preservação do patrimônio cultural. O artigo conclui que, ao re-imaginar suas práticas, a Arqueologia pode contribuir para uma visão mais plural e menos hegemônica sobre o passado e o presente.

Palavras-chave: Modernidade; Colonialidade; Capitalismo; Saberes Tradicionais; Arqueologia Colaborativa.

⁶ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: anamoraes1909@gmail.com

⁷ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: andteinagabrielle@gmail.com

⁸ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: mendes152430@gmail.com

⁹ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: vanessa640488@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A modernidade transformou o mundo de forma irreparável. As expansões territoriais europeias colocaram povos de diferentes origens e culturas em contato, um contato forçado que resultou em dominação, subjugação, destruição de culturas e o surgimento de novas categorias de classificação do diferente, como o surgimento do sentido moderno de “raça”. Esse contato gerou novas formas de poder e dominação do chamado de “Outro”.

A Arqueologia, como disciplina científica, foi constituída pelas dinâmicas de poder estabelecidas na modernidade, sobretudo pelo colonialismo. Esse processo de colonização global não apenas explorou recursos naturais e territórios, mas também impôs uma visão eurocêntrica sobre o conhecimento, cultura e história, promovendo a ideia de superioridade ocidental. Dentro desse contexto, o colonialismo e o capitalismo operaram juntos, formando hierarquias sociais e econômicas que marginalizaram as culturas não ocidentais. A Arqueologia, como ciência que emergiu nesse cenário, serviu como um mecanismo para justificar a dominação de sociedades consideradas “inferiores”, coletando e interpretando seus vestígios materiais de povos colonizados sob uma perspectiva que os reduzia à “selvageria” ou “barbárie”.

A colonialidade é um conceito que vai além da estrutura política do colonialismo, ela existe mesmo sem dominações oficiais, sendo a herança do pensamento colonial e sua utilização no presente. Ela afeta a maneira como o conhecimento é produzido e reproduzido. A colonialidade do saber perpetua a marginalização de epistemologias indígenas, quilombolas e de outros grupos tradicionalmente silenciados, posicionando o conhecimento ocidental como universal e cientificamente superior. A Arqueologia, como parte desse sistema, reforçou essas narrativas por meio de práticas que desvalorizavam o conhecimento local e se apropriou de artefatos culturais sem autorização ou qualquer tipo de consulta às comunidades locais — muitas vezes descendentes dos grupos pesquisados pela Arqueologia. Além de descontextualizar os artefatos, também apagou as complexidades que foram sustentadas principalmente por paradigmas teóricos como o evolucionismo cultural do século XIX — que hierarquizava culturas em estágios de desenvolvimento, da “barbárie” à “civilização” —, o difusionismo, que atribuía o surgimento de inovações sempre a centros culturais superiores, e, posteriormente, por certas formas de funcionalismo estrutural que, mesmo buscando entender sociedades em seus próprios termos, ainda naturalizavam desigualdades coloniais. Essas abordagens, ao pressuporem padrões lineares ou universais de desenvolvimento cultural, desconsideraram as especificidades e a complexidade das sociedades estudadas, reforçando estereótipos e apagando a pluralidade de epistemologias indígenas e tradicionais.

Esse artigo discute e articula modernidade, colonialismo, colonialidade e capitalismo, de forma a refletir sobre suas emaranhadas teias de poder e influência, admitindo que a Arqueologia foi, no passado, cúmplice desses processos, refletindo as dinâmicas do capitalismo colonial e suas heranças. Mas, também aponta a mesma como uma ciência que hoje tem um olhar mais sensível e colaborativo. Nas últimas décadas, de modo geral, a Arqueologia tem passado por um processo de autocrítica e transformação, influenciada pela necessidade de questionar as bases teóricas que a sustentaram no passado. Vale ressaltar que ainda hoje temos exemplos de como o Estado pode utilizar a Arqueologia como ferramenta para legitimar discursos nacionalistas, com intuito de justificar ideias supremacistas étnico-raciais. A título de exemplo, em

uma matéria escrita por Sule Ozkan (2023) ao jornal turco “*Anadolu Ajansi*” enfatiza que Israel tem se utilizado da Arqueologia para validar a ocupação da Palestina evidenciado no trecho: “Em primeiro lugar, enquanto outros estados-nação procuram preservar suas localizações, Israel busca a reivindicação de propriedade sobre uma terra que não habita há 2.000 anos. Ao fazer isso, empregou a Arqueologia como arma de colonização, negação e apagamento”, disse Toprak, professor da Universidade de Duzce, no noroeste da Turquia.

A Arqueologia que defendemos é uma Arqueologia colaborativa, que busca envolver diretamente as comunidades afetadas em um diálogo horizontal que reconhece seus saberes e histórias como legítimos. Dessa forma, o texto discorre sobre como a Arqueologia está se distanciando de sua origem colonial e adotando práticas mais inclusivas, que visam ouvir e aprender mais com os outros.

Ao re-imaginar seu papel dentro do contexto contemporâneo, a Arqueologia colabora para a construção de um conhecimento que respeita a pluralidade de epistemologias e que, a partir da Arqueologia colaborativa, mostra todo seu potencial científico e social, se colocando no mundo como aliada e não mais como um combustível da máquina colonialista.

2. A MODERNIDADE

A modernidade, frequentemente associada ao progresso e ao desenvolvimento, é um período histórico e um conjunto de ideais que emergiram na Europa, especialmente a partir do Iluminismo, se consolidando durante a Revolução Industrial junto com o avanço do capitalismo global. Segundo o filósofo Enrique Dussel (1993, p. 8), a modernidade surge como um projeto europeu em 1492, nas cidades europeias medievais livres, centros de enorme criatividade. Porém, realmente se desenvolveu quando a Europa pode se confrontar com o “Outro” e vencê-lo, criando, desse modo, “um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade.

Max Weber (1973, *apud* Habermas, 2000) pontua que a racionalização cultural e social fez com que a vida das pessoas parasse de girar em torno da religiosidade, mudando a forma como nos vemos no universo e o lugar que ocupamos nele. Isso fez com as formas de vida tradicionais se dissolvessem, tornando possível o desenvolvimento das chamadas sociedades modernas, bem como a criação de um contexto no qual avançasse a industrialização, a urbanização, o cercamento rural e a comunicação não apenas na Europa, como em várias partes do mundo. Dessa maneira, a modernidade tornou-se uma das estruturas do capitalismo, permitindo que ele exista. Segundo Berman (1987), algumas pessoas enxergavam esse turbilhão de mudanças com empolgação, embora outras tenham provavelmente visto como uma ameaça radical a toda a sua história e tradições.

Apesar de todas as mudanças ocorridas, não podemos esquecer o lado obscuro da modernidade. Se por um lado ela foi responsável pela racionalidade, pelo desenvolvimento econômico e científico, e pela industrialização, por outro essa narrativa esconde as desigualdades e os problemas por ela gerados, como a colonização, a exploração dos recursos naturais, a marginalização de culturas não ocidentais e os danos ambientais. A isso, Dussel denomina “mito da modernidade”, uma vez que compreende que tal visão ignora as múltiplas formas de saber e ser das sociedades não ocidentais e perpetua uma hierarquia global onde o Ocidente se coloca como modelo a ser seguido. O mito da modernidade sustenta uma visão eurocêntrica e

universalista, que desconsidera a diversidade cultural e as consequências negativas do progresso em termos sociais, ambientais e culturais (Dussel, 1993).

Portanto, a modernidade é um período e uma ideologia que exaltam o progresso e o desenvolvimento, baseando-se em avanços científicos, econômicos e sociais. No entanto, o progresso nem sempre é benéfico para todos e a busca pelo desenvolvimento pode levar à exclusão e destruição de culturas e ecossistemas. Afinal, a modernidade não age sozinha, haja vista que não existe modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2017).

3. COLONIALISMO E COLONIALIDADE

De acordo com o dicionário online *Merriam-Webster* (2024, tradução nossa), o termo *colonialism* (colonialismo, em português) significa “dominação de um povo ou área por um estado ou nação estrangeira: a prática de estender e manter o controle político e econômico de uma nação sobre outro povo ou área” (. O colonialismo não ocorreu sempre de maneira idêntica em todas as partes do globo. No entanto, em todas as suas ocorrências, os habitantes locais e novos moradores fizeram parte da mais complexa e traumatizante teia de relações da história humana (Loomba, 2005).

O processo de construir uma nova comunidade em uma nova terra necessariamente significa desconstruir ou reformar as comunidades que já habitavam a área, envolvendo processos de negociação, troca, escravização, genocídio e revoltas. Sob essa perspectiva, o colonialismo não se limita à expansão europeia sobre os outros continentes, mas também denomina outros processos históricos que ocorreram em diversos lugares e temporalidades, como, por exemplo, a expansão do Império Romano para o Atlântico e a subjugação de um grupo étnico sobre outros que, no Vale do México, deu origem ao Império Asteca. Ania Loomba (2005) explica, a partir de um pensamento marxista, que a diferença entre esses primeiros colonialismos e o colonialismo europeu reside no fato de que os primeiros eram pré-capitalistas.

O colonialismo eurocentrado teve seu auge a partir do século XVI, com a expansão das potências europeias para as Américas, África e Ásia, sendo a América o local onde ocorreu de maneira mais acentuada e violenta. A busca por novos territórios e recursos consolidou o sistema colonial, que dominava tanto territorial e economicamente, como social e culturalmente, impondo seus modos de agir e pensar o mundo. Esse processo envolveu a exploração de recursos naturais, a escravização e a subordinação de povos africanos e indígenas. É evidente que ainda hoje a grande maioria dos países explorados são os mesmos que outrora foram impactados pelo processo colonial da conquista da América. Dessa forma, a relação entre a cultura europeia e as demais continua a ser de ordem colonial (Quijano, 2007). Por conta dessa herança do colonialismo, que já não existe mais de forma política explícita, o sociólogo Aníbal Quijano (2007) desenvolveu no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 um conceito que deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo: a *colonialidade*. De acordo com Mignolo (2017, p.2), colonialidade denomina “a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”.

A América foi palco do primeiro padrão de poder de ordem mundial (a colonialidade). Dessa forma, se constituiu como a primeira *id-entidade* da modernidade. Para Aníbal Quijano (2005), dois processos históricos convergiram e se associaram, estabelecendo dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. O primeiro baseia-se na ideia de raça, a suposta estrutura

biológica que distinguia conquistadores e conquistados, colocando os últimos como inferiores aos primeiros. O segundo foi a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, seus recursos e produtos girando ao redor do eixo principal do capitalismo e do mercado mundial.

Quijano (2005) defende que possivelmente a ideia de raça tenha se originado em razão das diferenças fenotípicas entre os conquistadores e os conquistados. Durante o processo de colonização, os europeus impuseram uma hierarquia racial, na qual se colocavam no topo e relegavam os povos indígenas e africanos a uma posição de inferioridade. Essa classificação não foi apenas ideológica, mas funcionou como um pilar para a dominação econômica, justificando a exploração e escravização de povos inteiros, sob a alegação de sua "inferioridade racial". Na América Latina, essa lógica racial estruturou a sociedade colonial e continuou a organizar as relações sociais mesmo após a independência (Mignolo, 2017). Quijano também argumenta que essa construção de raça foi fundamental para a consolidação do capitalismo global, na medida em que a exploração da força de trabalho nas colônias era legitimada por essa hierarquia racial. Para Quijano (2005, p. 118), no processo de constituição histórica da América

[...] todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram históricas e sociologicamente novas.

Além disso, o controle sobre o conhecimento, as subjetividades e as culturas dos povos colonizados foi um mecanismo essencial para a manutenção do poder colonial, uma vez que o eurocentrismo desqualificava os saberes locais e impunha o conhecimento europeu como universal (Quijano, 2005). No entanto, não podemos cair na falácia da dominação. A resistência às imposições epistemológicas é um fenômeno histórico e persistente, manifestando-se desde a época das colônias até os dias atuais. Comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais têm preservado e promovido seus conhecimentos ancestrais, práticas culturais e organização social como forma de expressão dos seus modos de vida tradicionais e, também, como forma de resistir à colonialidade do saber e do poder.

4. O CAPITALISMO E SEUS IMPACTOS

O surgimento embrionário do capitalismo na Europa pode ser situado entre os séculos XII e XVIII, período em que o sistema evoluiu de forma significativa. Durante esses séculos, o fortalecimento do comércio, o surgimento das cidades e o desenvolvimento da classe burguesa desempenharam papéis fundamentais na sua consolidação. A transição entre o fim da Idade Média e o início dos tempos modernos foi particularmente decisiva para o estabelecimento do capitalismo mercantil, impulsionado pelas grandes navegações, pela expansão do comércio internacional, pela acumulação de capital e pela colonização. No entanto, foi com a Revolução Industrial que o capitalismo industrial tomou forma definitiva (Jessua, 2012).

Claude Jessua (2012, p. 28) descreve o capitalismo como um sistema marcado pelo "aumento cumulativo de riquezas", guiado pela racionalidade nos negócios, utilizando redes de

comunicação, contabilidade avançada, operações bancárias refinadas e, sobretudo, pela busca do lucro. Segundo o autor, o termo "capitalista" referia-se aos proprietários dos meios de produção, como empresários, fazendeiros etc. Destacando as diferenças entre esses detentores de capital e os trabalhadores assalariados, cuja única propriedade era a força de trabalho (Jessua, 2012). Olhando pela perspectiva do capitalismo industrial, o autor menciona que, segundo David Landes (1998), existem três princípios característicos: “1) a substituição da habilidade e do esforço humano pelas máquinas; 2) a substituição das fontes de energia animais por fontes inanimadas; 3) a substituição das substâncias vegetais e animais por matérias-primas novas e mais abundantes, em particular matérias minerais e eventualmente artificiais.” (Landes, 1998 *apud* Jessua, 2012, p. 29).

Ademais, essa visão focada no avanço tecnológico e econômico que vivemos até os dias atuais, é duramente criticada por pensadores indígenas como Ailton Krenak e Cacique Babau. Em sua obra “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Krenak questiona os impactos profundos do capitalismo, especialmente no que diz respeito à alienação da humanidade em relação à natureza e à destruição ambiental promovida por esse sistema. O autor critica o sistema capitalista por criar um ciclo no qual a destruição da natureza e a alienação humana andam de mãos dadas. A metáfora que ele usa - de corporações que devoram florestas e rios enquanto inventam “kits” para nos manter alienados e medicados - revela um dos paradoxos fundamentais do sistema capitalista. As mesmas forças que destroem o ambiente são também as que produzem soluções artificiais para nos manter desconectados da realidade enquanto lucram com o mal-estar que essa desconexão gera (Krenak, 2019).

Em uma aula ministrada na UFMG, Cacique Babau expôs de maneira contundente a realidade enfrentada pelo povo indígena Tupinambá. Ele menciona um episódio ocorrido durante uma reunião em Salvador, na qual o governo da Bahia discutia a expansão da agricultura. Segundo Babau (2019, p. 98-105):

[...] o governo explicava que queria expandir a agricultura, mas que havia um entrave complicadíssimo que atrasava a Bahia. Nós, Tupinambá, estávamos presentes na reunião e ficamos abismados quando falaram: 'É a Mata Atlântica, que ninguém quer que mexa!'. O quê? 98% da Mata Atlântica foi derrubada, jogada no chão! Do que restou, a pequena porcentagem que fica no sul da Bahia impede o crescimento da Bahia? Como podemos entender uma mente dessas?

Babau também ressalta a visão dos fazendeiros baianos, que acreditam ser necessário derrubar a floresta para cultivar cacau em “alta produção”, em contraste com a prática sustentável dos Tupinambá, que conseguem plantar maior quantidade sem desmatar. Ele pontua: “Estamos bem avançados, não? Mas não concordam com nosso plantio, porque não dependemos da indústria. Para produzir, os fazendeiros têm que comprar o que é fabricado pela indústria. Fertilizar o solo e combater as pragas. E assim prejudicam todos nós” (Babau, 2019, p. 98-105). Essa visão crítica se estende ao uso dos agrotóxicos, que não eliminam apenas as pragas, mas devastam todo o ecossistema, comprometendo o meio ambiente e a saúde daqueles que consomem os alimentos.

A ideia de separação entre humanos e natureza, fundamental para essa visão de mundo voltada ao capital, é uma das principais causas da crise ecológica global. Ao tratar a Terra como um depósito de extração das matérias-primas, essa ideologia desumaniza e marginaliza não

apenas os povos indígenas e quilombolas - que têm uma relação profundamente conectada com a natureza -, mas também a própria noção de vida em harmonia com o meio ambiente. Krenak (2019) ressalta que essa visão de progresso, na qual o desenvolvimento econômico é visto como infinito, ignora o fato de que os recursos naturais são finitos e que a exploração contínua levará ao colapso ambiental e social. Desse modo, o autor propõe que aprendamos com os povos indígenas, cujas cosmologias compreendem a natureza como um ser vivo, e não como uma fonte de recursos. Esse ensinamento é crucial para reverter a trajetória destrutiva imposta pelo capitalismo. A reconexão com a Terra - não como algo externo, mas como parte de quem somos - é a chave para evitar o colapso iminente. Krenak (2019) sugere que é necessário restabelecer uma conexão íntima com o meio ambiente, tendo consciência de que a natureza tem seu próprio valor intrínseco, muito além do valor econômico atribuído a ela.

De um outro olhar, o autor e professor Eduardo Góes Neves complementa esta crítica ao mostrar que a Amazônia, muitas vezes idealizada como uma "natureza intocada", na verdade foi moldada ao longo de milhares de anos por práticas de manejo sustentáveis desenvolvidas pelas populações indígenas (Neves, 2016). Destaca que a exploração da Amazônia, que enxerga a floresta apenas como um depósito de madeira, minérios e terras férteis para o agronegócio, ignora completamente essa história de interação equilibrada entre seres humanos e o ambiente. A destruição das florestas amazônicas para a produção de *commodities*, como soja e carne bovina, reflete a visão ocidental capitalista de que a natureza é algo a ser dominado e explorado (Neves, 2016). O autor critica essa lógica, pois ela nega as possibilidades de modos de vida sustentáveis que existiram por milênios (Neves, 2020).

No documentário *Amazônia, Arqueologia da Floresta: A terra dos povos*, Neves (in SES-CTV, 2020) exemplifica essa crítica ao afirmar:

A gente consegue entender quais plantas eles estavam consumindo há mais ou menos oito mil anos atrás. É uma questão super importante quando a gente pensa na Amazônia contemporânea. Qual é o maior problema que a gente está tendo hoje? O que a gente está fazendo com a Amazônia como país? Estamos derrubando a floresta para plantar soja e criar gado, estamos reduzindo aquela biodiversidade imensa, que é resultado de manejo humano também, para plantar uma coisa só.

Com essa análise, Neves enfatiza como o modelo predatório de exploração ignora a complexidade e a riqueza cultural e biológica da Amazônia, substituindo-a por monoculturas e práticas insustentáveis que ameaçam não apenas a floresta, mas também os conhecimentos tradicionais que a moldaram ao longo dos séculos.

5. A DUALIDADE OCIDENTAL ENTRE NATUREZA E CULTURA

Diante do que foi exposto até aqui, fica evidente que a relação dos povos originários com a natureza difere profundamente da visão que os europeus possuíam ao chegar às Américas, por volta do século XVI, e, de maneira geral, da que a sociedade mantém até os dias atuais. Um exemplo notável dessa diferença é apresentado por Felipe N. Nobre em seu artigo *Ontologia Ameríndia e as Relações entre Xamãs e Animais nas Terras Baixas da América do Sul*. Nobre (2016) utiliza os trabalhos de antropólogos como Philippe Descola (2015) e Eduardo Viveiros de Castro (1996), para esclarecer as diversas ontologias existentes: totemismo, analogismo, animismo e naturalismo, destacando que Descola as considera as principais formas de

compreensão do mundo. Aqui, focaremos nas últimas três para ilustrar melhor o que desejamos discutir.

Segundo Descola (2015), o analogismo é a forma de classificar o mundo com base na ideia de que todas as entidades são organizadas hierarquicamente, de acordo com suas capacidades. Nesse modelo, as entidades estão dispostas em uma escala de complexidade, com as formas de vida mais simples na base e as mais complexas no topo, essa concepção reflete o pensamento evolucionista europeu. O diagrama que Felipe Nobre (2016) apresenta, extraído de Charles Bouelles, um pensador do Renascimento, é um exemplo dessa visão progressista de habilidades: plantas possuem a capacidade de viver, animais, além de viver, também sentem, e os humanos, além dessas habilidades, podem pensar e falar (Descola, 2015, *apud* Nobre, 2016).

O naturalismo, por sua vez, reflete a visão ocidental moderna, que postula que todos os seres vivos compartilham uma natureza corpórea semelhante, mas diferem em sua interioridade (mente, alma, consciência e linguagem). Dessa forma, os humanos seriam fundamentalmente distintos de outros seres, e as relações sociais seriam exclusivas da humanidade, reforçando a separação entre natureza e cultura (Descola, 2015 *apud* Nobre, 2016).

Já o animismo, segundo Descola (2015), classifica o mundo com base na noção de que todas as entidades compartilham uma mesma interioridade, diferindo apenas em suas fisicalidades. Animais são vistos como humanos em essência, com aparências físicas distintas. Dentro dessa perspectiva, Viveiros de Castro (1996) introduz o conceito de perspectivismo, que sugere que, para os animais e espíritos, "ser humano" depende da perspectiva de quem observa. Por exemplo, um peixe vê outros peixes como humanos, mas não enxerga outras espécies dessa forma.

Contrastando essas interpretações, o antropólogo indígena João Paulo Lima Barreto (2013), em sua dissertação *Wai-mahsã: Peixes e Humanos - Um Ensaio de Antropologia Indígena*, examina a cosmologia do grupo Tukano e as relações entre humanos e não humanos. Barreto (2013) critica a tradução equivocada de "*wai-mahsã*", que levou à confusão entre peixes e humanos. Segundo ele, "*wai*" significa "peixe" e "*mashã*" significa "pessoa", mas, na verdade, os *wai-mahsã* são seres invisíveis com capacidade de metamorfose, habitando diversos domínios, como a terra, a floresta, o ar e a água, são uma fonte de conhecimento, com quem os especialistas Tukano (*yai*, *kumu*, *baya*) devem se comunicar. Já os peixes não têm condições humanas, sendo descritos como derivados de restos de madeira ou partes abandonadas do corpo humano que foram descartados pelos *wai-mahsã*, possuindo a função de comunicação entre os espíritos e humanos, o que contraria a visão dos antropólogos mencionados anteriormente.

Ailton Krenak (2019) também oferece uma perspectiva importante, ao demonstrar que os Krenak veem outros seres como pessoas. Em seu texto *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*, ele menciona, por exemplo, como analisam a montanha para prever se o dia será bom, ou como veem o rio *Watu* como seu avô. Ele ainda relata a história de um pesquisador que, ao chegar ao território Hopi nos Estados Unidos, observou uma mulher conversando com uma pedra, que seria sua irmã (Krenak, 2019).

Utilizamos esses exemplos para mostrar que as cosmologias indígenas não podem ser generalizadas. Cada uma possui suas particularidades, o que torna impossível tratá-las como uma cultura homogênea. Como destaca Krenak (2019, p. 31): "A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. [...] Existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais

de 150 línguas e dialetos”. Essas etnias oferecem perspectivas completamente distintas da visão capitalista ocidental de interação com o meio ambiente, revelando que existem outras formas possíveis de relacionamento com o mundo natural. Formas que não levam à exaustão dos recursos, evitando a extinção de diversas espécies, inclusive a nossa.

6. A ARQUEOLOGIA COMO PRÁTICA DECOLONIAL

Dentro desse contexto de dominação e exploração promovido pelo colonialismo, a Arqueologia surgiu como uma disciplina fortemente moldada por essas mesmas dinâmicas de poder, perpetuando desigualdades ao considerar as culturas não ocidentais apenas como objetos de estudo. Constituindo-se como uma ciência colonial durante o século XIX, a Arqueologia se baseava em uma visão positivista, totalmente excludente e elitista, cujos efeitos continuam a impactar ainda hoje. Suas ideologias e práticas estão relacionadas com o período de expansão europeia e a dominação colonial, onde passaram a estudar outras culturas a partir de escavações, coletas, análises de artefatos e ocorria o espólio desses bens culturais que eram transportados para os museus imperiais.

Sendo moldada dentro de um contexto de desigualdade e colonialismo, a pesquisa arqueológica nos territórios colonizados era conduzida por pesquisadores que tratavam os achados como parte de um projeto civilizatório, portanto ignoravam qualquer tipo de conhecimento ou perspectiva local. O argumento para esse comportamento é de que “*the theoretical basis for this perspective is the idea that the world became a different place when colonizing Europeans began to travel across the globe, meeting and interacting with diverse peoples as they went [...]*” (Orser, 1996 *apud* Gosden, 2004, p. 21). Isso resultou não apenas na desvalorização das culturas estudadas, mas também em construções de narrativas que silenciavam as vozes das comunidades indígenas e quilombolas, considerando-os apenas como meros objetos de estudo.

Com o tempo, a abordagem tradicional da Arqueologia não apenas perpetuava as injustiças históricas, mas também falhava em reconhecer a complexidade das culturas impactadas pela colonização. Essa perspectiva frequentemente embelezava o processo colonial, insinuando que os povos colonizados deveriam ser gratos aos colonizadores por terem trazido a “civilização” a eles. O reducionismo dos povos marginalizados, tidos como primitivos, desconsidera totalmente a complexidade e riqueza de suas culturas e ignoram os impactos da colonização nas identidades contemporâneas. Além disso, a prática arqueológica pautada em uma perspectiva colonial, muitas vezes não vê esses povos como atores históricos, de modo que suas histórias não recebem destaque e são tratados apenas como vestígios do passado que em algum momento deixarão de existir.

A apropriação de bens culturais das comunidades colonizadas foi um dos principais impactos do colonialismo na Arqueologia. Durante escavações e coletas, grandes coleções de artefatos foram retiradas de seus contextos originais e enviadas para os famosos museus europeus, o que acabava descontextualizando esses objetos e apagando o conhecimento local que poderiam fornecer interpretações mais ricas e precisas sobre eles. Resultando em produções arqueológicas mais voltadas a perspectivas e interesses eurocêntricos, as narrativas criadas nesse contexto retratavam os colonizadores como o auge da civilização, enquanto os colonizados seriam os primitivos. Conforme apontam Lyons e Papadopoulos (2002, p. 05, tradução

nossa¹⁰), "nos volumes de relatórios científicos e nos corredores dos museus nacionais ornamentados com os tesouros de continentes, não é difícil perceber como a metodologia da Arqueologia e da Antropologia criou produtos — conhecimento e representações visuais — baseados em perspectivas colonialistas". Isso mostra o conhecimento produzido pela Arqueologia colonial como uma justificativa para a dominação e controle desses povos.

Felizmente, através de um processo de crítica e autorreflexão essa abordagem colonialista está sendo gradualmente abandonada pela Arqueologia, que passa a adotar perspectivas mais inclusivas e colaborativas, buscando finalmente dar destaque para os povos marginalizados. Nesse contexto, práticas arqueológicas decoloniais têm se apresentado como uma alternativa crítica e democrática, em oposição à Arqueologia colonialista e estruturalmente eurocentrada que vem sendo praticada desde a fundação da disciplina. É exemplo, nesse sentido, o trabalho realizado por Márcia Bezerra na Vila de Joanes, na Ilha de Marajó (Bezerra, 2011). Ao invés de impor categorias externas sobre os moradores locais, o projeto partiu do reconhecimento das práticas locais como forma legítima para significar o passado. Através do diálogo contínuo e da valorização das narrativas da comunidade, a Arqueologia agiu neste lugar como um campo de escuta e construção de conhecimento, não como um instrumento de imposição de saber científico.

Além disso, essa parte da Arqueologia estabelece um diálogo de iguais entre arqueólogos e comunidades indígenas e quilombolas, permitindo que contribuam intelectualmente na pesquisa. Dessa forma, a Arqueologia colaborativa surge como uma forma de resistência à ciência colonial, buscando ir contra as bases teóricas até então adotadas, a fim de restituir o controle sobre as narrativas que foram silenciadas, mostrando como não eram apenas meros vestígios do passado, mas agentes ativos da preservação e valorização de suas culturas e identidades, tornando a Educação Patrimonial uma ferramenta essencial para promover um melhor entendimento sobre o legado cultural das comunidades.

A Arqueologia, nesse movimento, não busca só reparar os danos históricos que foram causados pelas práticas arqueológicas colonialistas, mas trazer a conexão entre o passado e o presente. Fazendo novos questionamentos sobre os achados, a quem eles pertencem, qual a metodologia que deve ser utilizada para poder acessá-los, como interpretá-los, como trabalhar em conjunto com as comunidades onde estão inseridos etc., abre possibilidades não apenas de reparação dos danos históricos, mas também leva a Arqueologia para um caminho mais inclusivo, reconhecendo as epistemologias tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

7. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA

A Educação Patrimonial vem com o objetivo de conversar com diferentes populações, alinhando uma perspectiva que fuja da visão colonialista e capitalista na qual o arqueólogo não esteja ali somente para escavar, achar o artefato, dar uma palestra e ir embora. A Educação Patrimonial é parte obrigatória dos Programas de Pesquisas Arqueológicas desde 2003 (Neto, 2017). Segundo Chagas (2005), Educação Patrimonial é o desenvolvimento de práticas educacionais ou transformadoras tendo por base determinados bens ou manifestações tidas como patrimônio cultural.

¹⁰ *in the volumes of scientific reports and in the halls of national museums ornamented with the treasures of continents, it is not difficult to see how the methodology of archaeology and anthropology created products - knowledge and visual representations - that are based on colonialist perspectives.*

Segundo Hora e Porto (2014), o patrimônio cultural garante a preservação das comunidades ao longo do tempo, transmitindo de geração em geração os valores de sua cultura. Pode-se compreender o patrimônio como algo vivo e elemento essencial para a manutenção da preservação das culturas. O Patrimônio Cultural Brasileiro é definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, da seguinte forma:

Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à maioria dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...];

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Diferentemente da visão de patrimônio adotada na Constituição Federal Brasileira, para o autor quilombola Nego Bispo (2015, p.121) “a terra é um patrimônio universal, portanto, privatizá-la é atentar contra a vida”. Desse modo, a Educação Patrimonial tem um papel fundamental ao trazer a inserção de grupos das mais variadas matrizes culturais nos processos de patrimonialização.

A conscientização de toda a sociedade, pode ser considerada a melhor forma de preservar nosso patrimônio cultural.

Essencialmente, é qualquer atividade que promova a compreensão e aceitação do significado e valor do patrimônio, com o objetivo de conservá-lo para as gerações futuras. Somente quando entendemos e aceitamos não apenas a riqueza, beleza e significado histórico de patrimônio, mas também como ele é ameaçado, podemos fazer julgamentos sobre como tratá-lo. Sem a conscientização pública, o compromisso político perderá sua legitimidade e a viabilidade econômica perderá sua sustentabilidade (Hora & Porto, 2014, p.146).

No entanto, embora a Educação Patrimonial tenha desempenhado um papel importante na preservação cultural e conscientização sobre o valor do patrimônio, ela possui alguns traços que a impedem de ser vista como uma ferramenta totalmente positiva. Sendo uma prática que coloca o arqueólogo como autoridade e principal detentor do conhecimento que será transmitido para as comunidades locais, as tornando como receptoras passivas do conhecimento sobre seu próprio passado.

Diante disso, Mariana Cabral faz uma reflexão em seu artigo “*E se todos fossem arqueólogos?*”, trazendo um pouco dessa discussão sobre o detentor de conhecimento. Como pode ser visto em sua fala, “fazendo uso da posição de poder em que me encontrava, como “especialista”, [...] impus minha explicação como a única possível” (Cabral, 2013, p.119), mostra como na Arqueologia ainda mantemos algumas ideias coloniais e precisamos perceber e mudar por conta própria para que a Arqueologia Tradicional seja realmente deixada para trás. Desse modo, a Educação Patrimonial precisa ser reavaliada sobre qual o seu papel nesta nova perspectiva decolonial. Para que isso possa ocorrer, deve buscar ter uma visão mais colaborativa, tentando - assim como na Arqueologia Colaborativa - um diálogo para a construção e valorização dos saberes.

8. ARQUEOLOGIA COLABORATIVA

Como já foi abordado anteriormente, o trabalho da Arqueologia Colaborativa é estabelecer um diálogo entre as comunidades locais e a Arqueologia. Surge como uma crítica às práticas arqueológicas tradicionais, que utilizavam de lógicas coloniais e eurocêntricas, ignorando os conhecimentos e saberes das comunidades locais. Com uma abordagem que procura criar novas epistemologias que valorizam seus conhecimentos como essenciais para uma Arqueologia mais inclusiva e participativa, sua proposta é estabelecer um diálogo que respeite e valorize os saberes desses povos e suas narrativas.

Assim, como colocado por Trigger (2004, p. 503):

[...] a Arqueologia não está separada da sociedade, nem é um mero reflexo desta, mas tem um papel a desempenhar em um diálogo racional a respeito da natureza da humanidade, diálogo que uma melhor compreensão das relações entre a prática arqueológica e seu contexto social pode facilitar.

Sendo assim, a Arqueologia Colaborativa traz uma grande contribuição para o estabelecimento das relações entre as comunidades e a Arqueologia. Além disso, como destacado por McAnany e Rowe (2015, p. 2, tradução nossa):

[...] a Arqueologia colaborativa, assim como a arqueologia indígena, comunitária, pública e pós-colonial, todas reconhecem a herança colonial da disciplina e o contexto contemporâneo no qual a arqueologia é praticada; no entanto, essas abordagens não estão desvinculadas dos métodos científicos. Assim, vemos essas abordagens do passado como transformadoras, e não revolucionárias.¹¹

Dessa forma, a Arqueologia Colaborativa é considerada revolucionária, pois constrói novas abordagens a partir dos avanços anteriores, não apenas rejeitando práticas antigas, mas transformando-as até que sejam superadas (McAnany & Rowe, 2015, p. 1). Diferente da Arqueologia tradicional colonialista que retirou artefatos e dados arqueológicos das comunidades sem considerar as suas perspectivas, a Arqueologia Colaborativa rompe com isso se envolvendo diretamente com essas populações, reconhecendo o entendimento que eles possuem sobre o passado como uma contribuição para o saber arqueológico. Desse modo, se estabelece uma relação com uma abordagem que se distancia daquela perspectiva tradicional que costumava classificar certos objetos ou saberes como “folclore” ou “exotismo”.

Essa mudança de paradigma busca reconhecer e valorizar a complexidade e a profundidade das culturas e práticas das comunidades marginalizadas. Em vez de ver esses elementos apenas como curiosidades culturais, se busca uma compreensão mais ampla e respeitosa, que considere as narrativas e saberes locais como fundamentais para a produção do conhecimento arqueológico. Assim, o papel da Arqueologia Colaborativa é de criar espaços para que estas comunidades possam falar sobre suas histórias, de maneira que elas sejam reconhecidas como legítimas e necessárias para a produção do conhecimento.

¹¹ *collaborative archaeology as well as indigenous, community, public, and postcolonial archaeology. All reckon with the colonial heritage of the discipline and with the contemporary context within which archaeology is practiced; but these approaches are not unhinged from scientific methods. Thus, we view these approaches to the past as transformational rather than revolutionary.*

Um exemplo dessa prática arqueológica pode ser visto no documentário *Amazônia, Arqueologia da Floresta: A Terra dos Povos*, onde os indígenas Tupari, localizados nas proximidades do sítio arqueológico de Monte Castelo (RO), participam ativamente das escavações e trocam experiências com os arqueólogos em campo sobre os achados baseados em suas tradições e vivências. Esse tipo de envolvimento entre a Arqueologia e as comunidades permite que as narrativas resultantes desse diálogo incluam a visão das duas partes, promovendo uma relação de respeito e complementaridade.

No entanto, a participação da comunidade nas atividades de campo não garante a superação das estruturas coloniais que historicamente moldaram a Arqueologia. Ainda persiste uma lógica em que os materiais encontrados, embora discutidos em diálogo com os indígenas, são frequentemente destinados a laboratórios, reservas técnicas e museus sob o argumento da preservação científica. Essa dinâmica reafirma a centralidade das instituições acadêmicas na gestão dos vestígios arqueológicos, relegando às comunidades o papel de colaboradores externos, ao invés de protagonistas na definição dos sentidos e destinos desses artefatos.

Para que ocorra uma descolonização dos saberes é necessário que se reconheça os indígenas não apenas como fontes de informação ou como auxiliares de pesquisa, mas como sujeitos que constroem, transformam e re-atualizam os sentidos do passado a partir de suas próprias perspectivas. Levando a uma revisão crítica dos modos de produção do conhecimento arqueológico, rompendo com a lógica colonial de apropriação e propondo práticas que favoreçam a autonomia cultural e a restituição efetiva dos legados ancestrais às comunidades de origem.

Com isso, a Arqueologia Colaborativa rompe com a predominância do conhecimento ocidental em suas pesquisas, enfatizando que a disciplina não se resume a uma ciência fechada, acadêmica, técnica e objetiva. Ao contrário, ela possui um grande potencial para se expandir por meio de outras perspectivas, transcendendo os limites da academia. Dessa forma, a Arqueologia quebra com o colonialismo que impunha um modelo de marginalização cultural durante a exploração territorial.

Além disso, essa abordagem fortalece o paradigma da Arqueologia ao integrar as demandas, preocupações e saberes das comunidades, posicionando-se de maneira mais ética e responsável. A Arqueologia Colaborativa também se preocupa com as reparações necessárias e com os danos causados pelo colonialismo, reconhecendo os efeitos que ele continua a ter até os dias de hoje. Por isso, há uma redefinição dos fundamentos da disciplina, com múltiplas perspectivas colaborando para preservar o passado de forma que todos possam se sentir conectados, sem o apagamento de nenhuma parte dessa construção.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, abordamos os conceitos de Modernidade, Capitalismo, Colonialismo e Colonialidade, os quais permeiam o mundo, influenciando as práticas arqueológicas que, ainda hoje, precisam ser discutidas, repensadas e superadas, a fim de nos fazer repensar o mundo que queremos deixar não só para futuros arqueólogos, mas também para as comunidades humanas e não humanas. Já que a destruição causada ao meio ambiente foi acarretada por nós, por meio da ganância de grandes corporações, devemos, então, repensar soluções que preservem a vida dos não-humanos e o meio natural, refletindo até onde vale a pena continuar nessa cegueira causada pelo capitalismo. Qual é o preço a se pagar pelo “progresso” ocidental? É preciso lembrar que a forma ocidental de agir no mundo não é a única;

outras formas existem, e podemos aprender com elas. Por exemplo, em geral, as cosmovisões indígenas permitem a mudança através do uso de métodos e técnicas muito mais eficientes e menos degradantes, mas essas práticas não são vistas como alternativas reais porque não geram lucro, não giram as engrenagens do capitalismo, e por isso não são consideradas interessantes.

A Arqueologia, enquanto produto da ciência ocidental, não sairia alheia a essa visão de mundo. Porém, com novas teorias e abordagens arqueológicas surgindo, outras perspectivas tornaram-se possíveis, fazendo com que haja uma reflexão e superação de dogmas, pelos quais toda ciência passa, e isso faz parte do amadurecimento da própria ciência. Com isso, tem-se estabelecido práticas inclinadas a ouvir os saberes tradicionais que colocam os arqueólogos como aliados no processo de retomada do protagonismo das comunidades excluídas.

Esperamos que, com essa reflexão, possamos observar criticamente o mundo que se apresenta ao nosso redor, a fim de unir nossa voz à dos grupos marginalizados e excluídos pela modernidade e pela visão de progresso capitalista. Desse modo, desejamos que, em um futuro próximo, discussões como estas não sejam restritas a debates acadêmicos e que o mundo adote práticas mais sustentáveis, baseadas nas vivências e experiências dos grupos tradicionais, indígenas e quilombolas.

REFERÊNCIAS

- AMAZÔNIA, ARQUEOLOGIA DA FLORESTA: A terra dos povos por Tatiana Toffoli, 2022. Documentário. Canal SescTV. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLiIQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- BABAU, C. Retomada. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 13, p. 98-105, mai. 2019. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/retomada/>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BARRETO, J. P. L. 2013. *Wai-Mahsã: peixes e humanos*: um ensaio de Antropologia Indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- BERMAN, M. 1986. *Tudo Que é Sólido se Desmancha no Ar*: A aventura da modernidade; [tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Iaoriatti]. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras. BOSI, Alfredo. História concisa da Literatura brasileira.
- BEZERRA, M. 2011. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. v.6, n.1, p. 57-70.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.
- CABRAL, M. P. 2013. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, 39 (2): 115-132.

CHAGAS, M. 2005. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond.

COLONIALISM. MERRIAM-WEBSTER. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/colonialism>. Acesso em: 19 out. 2024

DUSSEL, E. 1993. *1492: O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro.

GOSDEN, C. 2004. *Archaeology and Colonialism*. Cultura Contact from 5000 BC to the Present. Pitt Rivers Museum, University of Oxford: Cambridge University Press.

HABERMAS, J. 2000. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

HORA, J. F. da; PORTO, V. C. 2014. *Patrimônio Cultural, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial: Multivocalidade e Interdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Annablume.

JESSUA, C. 2012. *Capitalismo: uma breve introdução*. Petrópolis: Vozes.

KHALIDI, R. Israel uses archaeology to legitimize occupation of Palestine, says scholar. Anadolu Agency, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/israel-uses-archaeology-to-legitimize-occupation-of-palestine-says-scholar/2969072>. Acesso em: 7 maio 2025.

KRENAK, A. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. 2002. *Archaeology of Colonialism*. Los Angeles: Getty Research Institute.

LOOMBA, A. 2005. *Colonialism/Postcolonialism*. 2ª ed. London: Routledge.

NOBRE, F. 2016. Ontologia ameríndia e as relações entre os xamãs e animais nas terras baixas da América do Sul. *Tessituras*, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 280-305.

MCANANY, P. A.; ROWE, S. M. 2015. *Re-visiting the field: collaborative archaeology as paradigm shift*. *Journal of Field Archaeology*, 0 (00): 1-9.

MIGNOLO, W. D. 2017. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, p.01-18.

NETO, J. 2017. *Cartilha de Educação Patrimonial*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação.

NEVES, E. G. 2016. Não existe Neolítico ao sul do Equador: as primeiras cerâmicas amazônicas e sua falta de relação com a agricultura. In: *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN.

QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

QUIJANO, A. 2007. *Coloniality and Modernity/Rationality*. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178.

SANTOS, A. B. dos. 2015. *Colonização, Quilombos: Modos e Significações*. Teresina: INCT.

SESCTV. Amazônia, Arqueologia da Floresta: A terra dos povos, 2020. *Youtube*. Temporada 1, Ep. 1, min. 34:32s - 34:53s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EG8xXLEhmrQ>. Acesso em: 29 abr. 2025.



SIMULAÇÕES PEDAGÓGICAS NA ARQUEOLOGIA

Washington Ferreira¹²

RESUMO

Descreve o desenvolvimento da análise de vestígios materiais de um simulacro de sítio arqueológico contemporâneo, relativos a sujeitos de pesquisa anônimos, enquanto processo pedagógico na formação inicial (bacharelado) em Arqueologia. Discute os processos “prospectivos” utilizados, os procedimentos de registro dos dados e da análise quali-quantitativa empregada, os resultados derivados da análise desenvolvida e as diversas interpretações decorrentes da mesma. Posteriormente, são confrontados estes resultados (fictícios) e as interpretações relativas dos mesmos, com aquelas respectivas informações reais, disponibilizadas pelos sujeitos de pesquisa (voluntários). A partir desta análise comparada, são problematizadas as limitações e potencialidades da utilização da inferência a partir das aparências, e dos jogos interpretativos, bem como as contribuições das simulações. Tal experimento processual pode contribuir para uma maior aproximação e acurácia das interpretações aos estudos de caso reais, e como instrumento para o aperfeiçoamento da percepção crítica dos futuros profissionais.

Palavras-chave: simulações; vestígios materiais; percepção; ensino da Arqueologia.

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos estudos do campo da Arqueologia enfatizarem a pertinência e necessidade do desenvolvimento de material didático, concebido e direcionado para a Educação Patrimonial, ainda é possível constatar a carência destes materiais pedagógicos na formação inicial em Arqueologia. Neste sentido, foi desenvolvida uma simulação de análise de “vestígios materiais” de um conjunto de “sítios arqueológicos” contemporâneos, empregada enquanto processo pedagógico¹³.

¹² Bolsista da CAPES, de Doutorado em Arqueologia (PPG. Antropologia, UFPEL – Universidade Federal de Pelotas). Discente de Graduação em Arqueologia (FURG – Universidade Federal do Rio Grande). E-mail: chingksw@gmail.com.

DOI 10.5281/zenodo.15625459

¹³ Esta atividade pedagógica foi desenvolvida em sala de aula, pela Profa. Dra. Beatriz Thiessen, na disciplina de *Introdução aos Estudos da Materialidade*, no curso de Graduação (Bacharelado) em Arqueologia da FURG –

A “prospecção” simulada dos “vestígios materiais” foi realizada por um grupo de “sujeitos de pesquisa” (discentes, voluntários e anônimos), através da coleta seletiva dos resíduos sólidos gerados nos seus respectivos espaços domiciliares, durante o período de uma semana. Estes materiais foram higienizados, secos e armazenados em embalagens plásticas pretas, para garantir o sigilo e a privacidade de tais “fontes”. Em “laboratório” (sala de aula), o conjunto de embalagens foi misturado, buscando assegurar a amostragem aleatória dos “vestígios materiais”.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Deste conjunto, foram analisados, separadamente, os conteúdos das embalagens relativas a 04 distintos “sujeitos de pesquisa”. Os respectivos “vestígios materiais” foram segregados e contabilizados tipologicamente, registrando-se os respectivos dados em fichas de análise padronizadas. A partir dos dados contidos nestas fichas, foram feitas interpretações sobre o provável perfil identitário dos “sujeitos de pesquisa”. Estas inferências foram, então, confrontadas com depoimentos dos respectivos “sujeitos de pesquisa”, para se avaliar a aproximação, aderência ou discrepância das mesmas frente à realidade.

Estas premissas metodológicas são reconhecidas no cotidiano, mesmo pelo público leigo, como promissores processos de análise e interpretação das particularidades socioeconômicas e culturais dos respectivos “sujeitos de pesquisa”:

[...] de um dia para o outro **começaram a aparecer carteiras de cigarro amassadas** no seu lixo. - É verdade. Mas consegui parar outra vez. - Eu, graças a Deus, nunca fumei. - Eu sei. Mas tenho visto **uns vidrinhos de comprimido** no seu lixo. - Tranquilizantes. Foi uma fase. Já passou. [...] - Há uns dias tinha **uma fotografia de mulher** no seu lixo. Até bonitinha. - Eu estava limpando umas gavetas. **Coisa antiga**. - Você **não rasgou a fotografia**. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte. - **Você já está analisando o meu lixo!** - Não posso negar que o seu lixo me interessou... (Veríssimo, 2002, p. 85. Grifos nossos).

Sobre a pertinência científica das pesquisas arqueológicas com o conjunto de vestígios materiais, categorizados enquanto “resíduos” ou “lixo”, vale ressaltar que:

[...] **o lixo é uma chave importante de interpretação do comportamento humano** [...], observa Vanuzia¹⁴. Se você quer saber o que uma pessoa tem, o que ela faz, quais são **seus padrões de leituras, hábitos alimentares, os remédios que toma**, não é preciso perguntar: basta olhar no lixo pra saber; até porque, muitas vezes é possível, inclusive, perguntar e concluir – a partir do lixo – que ela mentiu [...]. Vanuzia ressalta que, ainda que por vezes tenhamos a sensação de mudanças radicais no fluxo do tempo, **o lixo indica que todas as transformações acontecem de maneira gradual**: o que percebemos ao analisarmos esses resíduos é que a vida segue um ritmo, e **o que**

Universidade Federal do Rio Grande (I semestre/2023), à qual agradecemos pela autorização da referência e análise neste relato de experiência.

¹⁴ Nestes trechos, a autora (jornalista) descreve o trabalho da pesquisadora Vanuzia Gonçalves Amaral, sobre sua tese de doutorado no PPG. Antropologia e Arqueologia da UFMG, relativa a 32 anos de funcionamento do antigo depósito de resíduos sólidos urbanos de Belo Horizonte, MG (Amaral, 2020).

causa impacto nas nossas vidas é a soma de pequenos momentos; são pequenas coisas que, repetidas inúmeras vezes, geram um monte de lixo. E sobre esse ritmo, esse cotidiano, a gente muitas vezes se recusa a pensar, afirma (Almeida, 2019, p. 03. Grifos nossos).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização dos “vestígios materiais” de cada um dos “sujeitos de pesquisa” foi utilizada como descritora de cada “sítio arqueológico”. Os “vestígios materiais” constitutivos do “lixo” podem ser considerados como valiosos instrumentos na arqueologia, porque não se limitam às informações catalogáveis sobre os objetos utilizados e descartados, mas especialmente por possibilitar-nos inferir, em certa medida, alguns aspectos do estilo de vida cotidiana dos respectivos “sujeitos de pesquisa” e das interações socioculturais a eles associadas:

[...] o que caracteriza um depósito arqueológico, aquilo que constitui **a essência de um sítio arqueológico, é o lixo**, isto é **a presença do que foi excluído do ciclo vivo da atividade cultural** [...]. Não se pode desconhecer que **os artefatos** — parcela relevante da cultura material — se fornecem informação quanto à sua própria materialidade, **fornecem também**, em grau sempre considerável, **informação de natureza relacional**. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às **formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu** (Bezerra de Meneses, 1983, p. 107-108. Grifos nossos).

O registro quali-quantitativo dos “vestígios materiais” nas “fichas de análise” forneceu uma descrição sintética dos padrões de consumo de cada um dos “sujeitos de pesquisa” (exemplo, **Tab. I**).

Tabela I: ficha de análise dos “vestígios materiais” (“Sujeito de Pesquisa” B)

NMI	Marca	N	Conteúdo	Observações
03	<i>Winston</i>	20 un. cada	Cigarros industriais	Data fabricação: março/2023 *
01	<i>Naval - Virgínia</i>	35 g.	Fumo a granel**	
01	<i>Leaves - Lift</i>	05 folhas	Folhas de “seda”	Material para cigarros artesanais
01	<i>Livon</i>	01	Garrafa para água	Garrafa de 500 ml, plástico e metal***
01	<i>Fonte da Ilha</i>	500 ml	Água mineral	Florianópolis, SC
01	<i>Fanta (Coca-Cola)</i>	02 litros	Refrigerante	Sabor artificial de “laranja”
01	<i>Kanake</i>	01 Kg.	Feijão preto	Barra do Ribeiro, RS. 03/out/2022
01	<i>Caravelas</i>	01 Kg.	Açúcar refinado	Ariranha, SP. 13/março/2024
01	<i>Pirâmide</i>	01 Kg.	Sal iodado	BR 170, Km 21, SP. out/2024
01	<i>Produtos Mineiros</i>	30 g.	Tempero “chimi-churi”	Rio Grande, RS. 15/nov/2024
01	<i>Nienow</i>	12	-----	Alto Feliz, RS.
04	<i>Ritter</i>	25 g.	<i>Brownie</i>	(Barra de cereais). 22/fev/2024
01	<i>Ritter</i>	? barras	<i>Brownie</i>	(Barras de cereais). 22/fev/2024
01	-----	01	-----	Embalagem interna de produto

NMI	Marca	N	Conteúdo	Observações
01	<i>Paracetamol</i>	20 drágeas	750 mg.	Medquímica. analgésico. jan/2023
01	<i>Albendazol</i>	01 drágeas	400 mg.	Prati Donaduzzi. vermífugo. ago/2022
01	<i>Solar</i>	08 velas	Velas de cera	Rio Grande, RS. G. R. & Cia.
01	<i>Souza</i>	01	Apagador-porta giz	Itapuí, SP.
01	<i>Nadir Figueiredo</i>	06 copos 265 ml.	Copos “maracatu”	Suzano, SP;
01		100 g.	Tempero culinário	

NMI: Número Mínimo de Indivíduos (quantitativo de elementos descritores).

N: indicativo do volume ou massa constitutiva de cada elemento descritor.

(*) A “capa” de cada uma das 03 embalagens de cigarros (da mesma marca e modelo) expõe ilustrações distintas, de campanha da saúde, alertando que pode causar, respectivamente: a) doença pulmonar e sofrimento; b) câncer e morte; c) impotência.

(**) A embalagem não apresentava o seu conteúdo original (fumo), mas continha ainda alguns de seus vestígios (micro fragmentos e aroma característico).

(***) A garrafa citada não era parte do conteúdo analisado, mas descrito na etiqueta referida.

A partir dos dados registrados em cada uma destas “fichas de análise”, procedeu-se à condensação, para buscar estabelecer os indicadores básicos do provável estilo de vida/perfil dos diferentes “sujeitos de pesquisa” (Tab. II).

Tabela II: “vestígios materiais” e provável perfil dos “sujeitos de pesquisa”

SP	Vestígios Materiais	Provável perfil
A	05 e. balas de canela, 02 e. sabonete, 01 e. shampoo, 01 e. condicionador, 01 e. desodorante, 01 e. desinfetante, 02 e. lava-roupas em pó.	Consumidor(a) de balas de canela, faz suas refeições fora de casa. Fez limpeza no domicílio nos últimos dias. Provavelmente more só (devido ao pequeno consumo no período amostral) e tenha cabelos cacheados (devido à especificidade do shampoo e condicionador).
B	03 e. cigarros, 01 e. fumo a granel, 01 e. papel p/ cigarros artesanais, 01 etiqueta de garrafa, 01 e. água mineral, 01 e. refrigerante, 01 e. feijão, 01 e. açúcar, 01 e. sal, 02 e. tempero, 05 e. barras de cereais, 01 e. alimento <i>Nienow</i> , 01 e. alimento não identificado, 02 e. medicamentos (<i>Paracetamol</i> e <i>Albendazol</i>), 01 e. velas, 01 apagador-porta giz, 01 e. copos de vidro.	Fumante. Provavelmente atue como professor(a); com problemas de saúde (uso de analgésico e antitérmico; anti-helmíntico e antiparasitário).
C	02 e. p/ mamão, 01 e. papel-toalha, 01 e. vitaminas, 02 e. anticoncepcional feminino, 02 e. desodorante (masculino, de alto custo), 01 e. álcool etílico, 01 e. shampoo, 01 e. talco antisséptico, 01 e. amaciante de roupas, 03 e. alimentos pré-elaborados (02 pizzas, 01 lasanha), 01 e. chocolate (bombons <i>Amandita</i> , alto custo), 01 e. assado de milho, 01 e. salgadinho de queijo, 01 e. lactobacilos, 01 e. tabaco, 03 e. refrigerante zero-açúcar, 05 e. plásticas não identificadas.	Consumidor(a) de frutas e alimentos pré-elaborados, aprecia doces e sobremesas, mas consome refrigerantes dietéticos; fumante. Provavelmente mantenha relacionamento heterossexual
D	08 e. não identificadas, 03 e. café, 01 e. chá, 02 e. chocolate (<i>Ferrero Rocher</i>), 02 e. arroz integral, 01 e. ervilha, 01 e. encomendas p/ internet (referente à 05 livros), 01 e. alho, 02 e. pão de queijo, 02 e. feijão.	Aprecia cafeína, faz compras pela internet, na <i>Amazon</i> . Provavelmente, não é “mineiro/a” [natural do estado de Minas Gerais], mas aprecia pão-de-queijo e refeições saudáveis; mora com outras pessoas.

[SP = “Sujeitos de Pesquisa”; e = embalagens].

De modo geral, admite-se uma tendência a existir uma estreita correlação entre as “evidências” representadas pelos “vestígios materiais”, e os usos ou funções específicas a eles atribuídas ou utilizadas, pelos respectivos “sujeitos de pesquisa”, como indicadores socioculturais:

[...] os **itens materiais**, portanto, **podem atuar como indicadores da filiação social de seus usuários**, um aspecto que tem **implicações significativas**, sob o ponto de vista de uma **arqueologia dos grupos domésticos**. Ao fazer parte de um grupo, aqui definido como “... uma coletividade cujos membros compartilham crenças, valores, atitudes, e padrões de comportamento em comum, assim como símbolos que a representam” (Henry, 1987: 360), as **escolhas de consumo** do indivíduo **refletirão os gostos dessa coletividade** e servirão para reafirmar **sua filiação neste grupo** (Symanski, 1997, p. 83, Grifos nossos).

Contudo, muitas vezes, pode-se incorrer em interpretações equivocadas ou inconsistentes, quando as mesmas remetem a modelos pré-concebidos, e/ou a generalizações e estereótipos.

4. FRAGILIDADES E INCONSISTÊNCIAS

A partir desta análise comparada, são problematizadas as limitações constatadas nas inferências preliminares, deduzidas a partir das aparências, para os “perfis” de cada um dos “sujeitos de pesquisa” (Tab. III).

Tabela III: Fragilidades no perfil traçado a partir dos “vestígios materiais”

SP	Fragilidades
A	Não necessariamente, o “sujeito de pesquisa” é consumidor(a) habitual de balas de canela (poderiam ter sido incorporadas ao seu “lixo”, como troco nas compras, ou terem sido consumidas por algum(a) visitante). A limpeza no domicílio poderia ter sido realizada em outro período, mas as respectivas embalagens acumuladas para posterior descarte. A referência aos cabelos cacheados também é frágil, porque os produtos citados poderiam ter sido utilizados por algum(a) visitante.
B	Se, como sugerido, o “sujeito de pesquisa” atuar como professor(a), os medicamentos poderiam não ter sido adquiridos para sua própria utilização, mas para doação aos seus eventuais alunos e/ou familiares.
C	A diversidade de alimentos e bebidas pode estar associada a terceiros, e seu registro não implica, necessariamente, no consumo contínuo. Os anticoncepcionais femininos e o desodorante masculino sugerem a coabitação e/ou relacionamento heterossexual do “sujeito de pesquisa”, mas tal inferência é especulativa, pois também poderia se tratar de outras formas de relacionamento e/ou visitação entre familiares e amigos.
D	A alusão ao intenso consumo de café desconsiderou a presença de chocolate. O registro de pão-de-queijo não estabelece (como não exclui) qualquer vínculo de origem com o Estado de Minas Gerais. A referência às compras virtuais teria sido mais esclarecedora do perfil do “sujeito de pesquisa”, se tivessem sido catalogados os diversos livros comprados.

[SP = “Sujeito de Pesquisa”].

Em relação aos “vestígios materiais” referidos, e sua importância para o contexto da análise em discussão, deve ser enfatizado que:

[...] a arqueologia do século XXI vem a ser entendida como a ciência que estuda as sociedades humanas a partir de vestígios arqueológicos que estas deixaram no passado. Estes vestígios são caracterizados como artefatos de várias naturezas, construções, obras de arte, alterações no meio ambiente, etc. (Zahlouth, Paiva, 2012: 42).

Para além dos aspectos pragmáticos associados a tais “vestígios materiais”, é importante também destacar as implicações simbólicas dos mesmos, as quais podem ser decisivas para a compreensão dos papéis desempenhados pelos seus respectivos sujeitos:

[...] na abordagem científica da arqueologia, estes materiais estão impregnados de conteúdos informacionais à espera de possíveis interpretações para a reconstrução de histórias perdidas. Nesse contexto destaca-se a função relevante dos vestígios arqueológicos no resgate da memória social (Zahlouth, Paiva, 2012: 44).

Advoga-se, portanto, que a adoção de tais simulações enquanto processo pedagógico pode atuar como facilitador no ensino-aprendizagem em Arqueologia, tanto para sua aplicação na *Educação Patrimonial*, como para sua inserção no processo formativo do(a)s futuro(a)s profissionais da Arqueologia:

[...] a preocupação reflexiva e crítica, construída em parceria com outras disciplinas, proporciona uma interlocução mais profícua no trabalho junto ao patrimônio cultural, visto que se rompem barreiras disciplinares, permitindo que a dinâmica do entendimento de um determinado objeto ganhe uma dimensão mais completa (Baima, 2016: 64).

Apesar das suas limitações, entende-se que tal experimento “processual”, baseado em simulações, possa contribuir para uma maior aproximação e acurácia das interpretações aos estudos de caso reais, e como instrumento para o aperfeiçoamento da percepção crítica dos futuros profissionais da Arqueologia, como já sugerido por outros pesquisadores desta área:

[...] a tutoria em Arqueologia deve ser pensada em termos de **metodologias ativas de ensino**; estas podem ser consideradas como um conjunto de práticas que envolvem diferentes métodos e técnicas que servem como **estratégias de ensino e aprendizagem**, nas quais os princípios norteadores consideram o sujeito como ativo na construção do conhecimento, em oposição a receber passivamente o conhecimento pronto [...]. Para as disciplinas com os conteúdos práticos como escavações ou prospecções, a alternativa sugerida para esse momento¹⁵ é a **Simulação em Arqueologia**. No caso da escavação, em um momento anterior à pandemia, foi **construído** para uma das disciplinas um **sítio escola simulado** no próprio campus (Surya, 2020: 223-224. Grifos nossos).

O desenvolvimento de atividades didáticas, utilizando simulações de contextos arqueológicos pode, além de contribuir na formação dos futuros profissionais, também atuar como estímulo e difusão científica sobre o tema junto à comunidade escolar e ao grande público. Diversas escolas de ensino básico e médio vêm elaborando seus projetos educacionais, com base em contextos arqueológicos simulados:

¹⁵ Neste trecho, o autor se refere ao contexto de isolamento social, determinado como medida preventiva, durante a vigência do recente surto da pandemia do COVID19.

[...] visando promover a valorização e a preservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental, os alunos foram convidados a participar de uma oficina de educação patrimonial, incorporando uma atividade prática ao aprendizado. **O sítio arqueológico foi montado** em uma área de 6 metros próximo a horta escolar, **simulando uma área que poderia ter sido utilizada para alimentação por povos antigos. Os objetos foram deliberadamente enterrados em áreas adjacentes** de um ou mais quadrantes do sítio arqueológico, **visando estimular uma interação mais intensa e colaborativa entre os grupos**. Após a escavação, os alunos procederam à análise de todo o material encontrado e, em uma roda de conversa, levantaram hipóteses sobre o local estudado, estabelecendo assim uma conexão entre teoria e prática na arqueologia, consolidando o conhecimento adquirido ao longo de todo o processo do projeto (CEBJ, março/2024. Grifos nossos).

Estas atividades, por promoverem o aprendizado de forma lúdica e interventiva, se constituem também em facilitadoras do processo de aproximação e extensão universitária, para melhor integração institucional com as comunidades que as envolvem. Tais instrumentos nos remetem às discussões relativas às origens e aos muitos papéis atribuídos à *Educação Patrimonial*:

[...] antes de discutir a Educação Patrimonial, cabe explorar os diferentes sentidos ligados ao conceito mesmo de “patrimônio cultural”. As línguas românicas usam termos derivados do latim *patrimonium*, para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam o termo *Denkmalpflege*, que significa “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado”, mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores (Funari, Funari, 2007: 12).

A retomada e atualização das discussões acerca da *Educação Patrimonial* reforça a perspectiva de inseri-la como essencial nas mediações entre as práticas acadêmicas e empresariais da Arqueologia:

[...] na virada do século XXI, começaram a surgir maiores questionamentos quanto às problemáticas enraizadas na expressão *Educação Patrimonial* [...]. As reflexões quanto aos conceitos e práticas sobre Educação Patrimonial foram retomadas com entusiasmo nos anos 2000, mais precisamente com a realização do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial – ENEP [...]. É importante frisar que os debates já vinham acontecendo concomitantemente às ações do IPHAN em prol do campo da Educação Patrimonial dentro e fora da instituição. No ano de 2002, a Portaria nº 230 do IPHAN voltada às pesquisas arqueológicas já considerava importante a existência de um Programa de Educação Patrimonial em consonância com as pesquisas arqueológicas. Sem sombra de dúvidas, as ações educativas no âmbito da arqueologia foram responsáveis pelo aumento de projetos de Educação Patrimonial dentro e fora da instituição, contribuindo para a divulgação de ações desse cunho, bem

como pela aproximação e participação de profissionais de outras áreas (Baima, 2016: 66; 68).

Entendemos que, muito mais do que pretender fazer uma análise exaustiva e detalhada dos estilos de vida/padrões comportamentais dos “sujeitos de pesquisa”, através dos estudos dos seus respectivos “vestígios materiais” (tema sobre o qual o “campo” da arqueologia vem produzindo farto e pertinente referencial teórico e prático), este relato de experiência configura-se como um pequeno experimento didático, para destacar a relevância do papel desempenhado por processos e instrumentos de apoio ao ensino, como as simulações e jogos interpretativos:

[...] foi lançado o game *SAMBAQUIS: Uma História Antes do Brasil* [...]. O projeto é uma parceria entre o Grupo de Pesquisa CNPq *ARISE – Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas*, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e o *GRUPEP – Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia*, da Unisul (Tubarão, Santa Catarina) [...]. Durante a escavação, o jogador é transportado de volta no tempo até o período sambaquieiro. Aqui o jogador se torna um indivíduo que recebe algumas missões relacionadas à morte de um membro do grupo (APH, 2019).

Sobre as dificuldades e limitações deste inovador “artefato cultural”, concebido e utilizado enquanto instrumento didático na e para a Arqueologia, vale destacar as observações dos seus próprios autores:

[...] torna-se importante destacar que o nosso objetivo de recriar uma paisagem num contexto pré-colonial possui limitações no que diz respeito a dois fatores: 1) Reconstrução de um ambiente baseado em pesquisas arqueológicas - as publicações existentes são relacionadas às áreas específicas, que não contemplam todas as regiões brasileiras em que os sítios concheiros estão localizados. Além disso, o próprio conhecimento científico obtido a partir de vestígios arqueológicos possui limitações por si só no que concerne à preservação dos materiais, aos poucos anos de pesquisas sistemáticas nesses contextos, e às análises que estão baseadas em porções amostrais e interpretações dos arqueólogos; 2) Dificuldades técnicas/de hardware - tendo em vista que o objetivo do aplicativo é a maior difusão possível de conhecimento, estamos cientes das limitações técnicas que as escolas (principalmente públicas) possuem com relação a equipamentos de informática. Desse modo, o Sambaqui Interativo poderá sofrer *downgrades*, ou seja, diminuições de qualidade visual ou de objetos em tela, em sua versão final para que se torne executável em boa parcela dos computadores mais comumente utilizados em instituições de Ensino no país (Martire *et al.*, 2018: 310).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da ludicidade e estímulo ao envolvimento, diretamente associados a esta “tipologia” de instrumentos e processos pedagógicos, especialmente no contexto da formação profissional em Arqueologia, também deve ser lembrada a sua contribuição enquanto medida preventiva de impactos involuntários ao patrimônio cultural: ao manipular e analisar simulacros de contextos e “vestígios materiais”, os eventuais acidentes e/ou perdas dos mesmos não afetam

os contextos reais aos quais se referem, assim preservando a sua integridade, enquanto os simulacros concorrem para o aperfeiçoamento da percepção, manipulação e interpretação arqueológica dos profissionais em formação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. 2019. Os Recados que vem do Lixo. *O Tempo*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/pampulha/os-recados-que-vem-do-lixo-1.2090038>. Acesso em: 29 out. 2024.
- AMARAL, V. G. 2023. *Arqueologia do Lixo de Belo Horizonte, MG, em meados da década de 1970: o aterro da cidade indica um passado que não passa, vidas breves e fragmentos duráveis*. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Antropologia). Belo Horizonte, MG: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, (524 p). Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54695>. Acesso em: 29 out. 2024.
- APH. *Um game sobre arqueologia brasileira grátis para PC? Conheça “SAMBAQUIS: Uma História Antes do Brasil!”* Portal Eletrônico de Notícias “Arqueologia e Pré-História”, 12/Junho/2019. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2019/06/12/um-game-sobre-arqueologia-brasileira-gratis-para-pc-conheca-sambaquis-uma-historia-antes-do-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BAIMA, C. de B. 2016. *A Educação Patrimonial nos Projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições*. Dissertação de Mestrado Profissional (Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro, RJ. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (151 p). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Carl%C3%BAcio%20de%20Brito%20Baima.pdf> Acesso em: 23 dez. 2024.
- MENESES, U. T B. de. 1983. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. *Revista de História*, 115: 103-117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796/64659>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CEBJ. 2024. Projeto “Arqueologia na Escola – Simulação de Escavação”. Porto Seguro, BA: Centro de Educação Beija-flor. Disponível em: <https://cebeijaflor.com.br/noticias/projeto-arqueologia-na-escola-simulacao-de-escavacao/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- FUNARI, P. P. A.; FUNARI, R. dos S. 2007. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (Org.). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, p.11-21. Disponível em: https://www.academia.edu/32439021/Educa%C3%A7%C3%A3o_patrimonial_teor%C3%A1tica Acesso em: 23 dez.2024.
- MARTIRE, A. da S.; CARDOSO, J. M.; SILVA, R. E.; PARTITI, T. 2018. Ciberarqueologia aplicada a sítios concheiros: o projeto sambaqui interativo. *Revista Memorare*, 05 (01): 283-214. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325094853_Ciberarqueologia_aplicada_a_sitios_concheiros_o_projeto_sambaqui_interativo Acesso em: 23 dez.2024.
- SURYA, L. 2020. O Ensino de Arqueologia no Mundo Pós-Pandemia: possibilidade e aproximações com a pedagogia contemporânea. *Tessituras*, 08 (01): 220-226. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18943/12025>. Acesso em: 29 out. 2024.

SYMANSKI, L. C. P. 1997. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: o caso do solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, 02 (02): 81-119. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26608525>. Acesso em: 29 out. 2024.

VERÍSSIMO, L. F. 2002. O Lixo (02 p). In: _____. *O Analista de Bagé*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

ZAHLOUTH, I. M. L. V.; PAIVA, R. O. 2012. Vestígios Arqueológicos como Fontes de Informação: segredos do passado transcritos em suportes primitivos. *Biblionline*, 08 (02): 37-48. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/840134/12217-Texto-do-artigo-24968-1-10-20130213-1.pdf> Acesso em: 23 dez. 2024.



A TERRA PEDE SOCORRO: A ANCESTRALIDADE E O FUTURO NAS REFLEXÕES DE KRENAK

Ana Paula Moraes¹⁶

Ailton Krenak é um intelectual, ambientalista e ativista indígena. Suas principais reflexões dizem respeito ao capitalismo e a exposição das devastações causadas por ele; as práticas colonialistas atuais; a importância da coexistência harmoniosa entre humanos e natureza e a importância da ancestralidade. Krenak não apenas critica o sistema capitalista, mas também propõe uma mudança no pensamento moderno de matriz ocidental, ao sugerir que o futuro precisa ser enraizado no passado ancestral. Em um mundo cada vez mais distante de suas ancestralidades, a obra *Futuro Ancestral* surge como um grito urgente para a reconexão com a Terra. Este livro de Ailton Krenak é uma coleção de textos elaborados por Rita Carelli a partir de apresentações de diversos tipos dadas pelo autor, entre 2020 e 2021. A obra oferece um conjunto de reflexões que propõem uma reorientação do pensamento e das práticas contemporâneas, à luz da sabedoria indígena. Krenak coloca o leitor em uma reflexão profunda sobre o mundo capitalista e as degradações que este causa à Terra e às identidades humanas, destacando a importância da ancestralidade para enfrentar as crises contemporâneas. Ele aborda questões como a relação de exploração que o capitalismo produziu entre seres humanos e natureza, a alienação da vida urbana e a importância de questionar o dito “desenvolvimento”, sugerindo que a atual crise civilizatória é resultado de uma visão de mundo ocidental, que separa o homem do seu entorno e busca incessantemente o progresso material, muitas vezes à custa da degradação ambiental e espiritual.

O livro *Futuro Ancestral* apresenta extrema relevância para os campos da Antropologia e Arqueologia, especialmente por trazer as perspectivas indígenas como forma de contrapor o

¹⁶ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: anamoraes1909@gmail.com

pensamento moderno de matriz ocidental e criticar o capitalismo e seus processos e pensamentos associados e derivados. A obra enfatiza a importância dos saberes tradicionais, os quais são transmitidos oralmente de geração em geração. Na Arqueologia, essa dimensão é importante, pois desafia o foco excessivo na cultura material e evidencia a relevância da memória, da tradição oral e das cosmologias indígenas como formas legítimas de conhecimento sobre o passado. Krenak também se opõe à visão dualista ocidental que separa cultura e natureza, visão necessária aos profissionais de Antropologia e Arqueologia, uma vez que ambos trabalham com culturas diferentes da sua e que podem não enxergar no mundo essa dualidade pregada pelo Ocidente. Ao falar sobre as práticas de manejo do território, realizadas por povos indígenas ao longo de milênios, ele reforça o papel ativo desses povos em seu ambiente, contrapondo visões arqueológicas que por muito tempo pregaram as sociedades indígenas brasileiras como passivas do ambiente natural. A obra também contribui com os campos da antropologia e arqueologia no sentido em que dá uma visão geral das relações indígenas com seus territórios, uma relação que vai muito além das necessidades físicas e produtivas.

No primeiro texto do livro, *Saudações ao Rio*, Krenak abre sua discussão com uma metáfora poderosa: a dos rios como seres vivos, que testemunham a passagem do tempo e as transformações humanas. Ele relata sua experiência de vida à beira de *Watu*, chamado de Rio Doce pelos brancos, refletindo sobre como a água, uma vez pura e fonte de vida, foi transformada pelo progresso civilizatório em um "detrito de uma civilização abusiva" (Krenak, 2022, p. 24). Desde a escola, as crianças aprendem que uma das civilizações mais antigas nasceu na confluência do rio Nilo, no Egito, cujas margens irrigadas permitiram o desenvolvimento da agricultura. Segundo ele, embora sempre estivemos perto da água, aprendemos muito pouco com a fala dos rios. As cidades, ao se espalharem por cima dos rios, destroem-no, sem qualquer cerimônia ou respeito.

Relatando sobre seus parentes que moram em aldeias flutuantes na fronteira do Peru com a Colômbia, construídas em plataformas sobre as águas, o autor ressalta que eles precisam da água viva, de seus espíritos e da poesia que ela traz à existência. A sede infinita das cidades é criticada, uma sede que, se preciso for, cria Belo Monte, Tucuruí e inúmeras barragens. Os corpos d'água estão sendo destruídos pelos garimpos, pela mineração e pela apropriação indevida da paisagem. A percepção dos rios como potencial energético para construção de barragens, ou para armazenamento para agricultura, é condenada severamente pelo autor. Hoje, o corpo de *Watu* está envenenado e, para fugir dos abusos, a água que nasce nas montanhas encontrou um novo caminho, se escondeu, mergulhou fundo e agora corre debaixo de uma laje de pedra. A água nunca diminui, mas não podemos usá-la como queremos porque, se a transformamos em esgoto, embora ela se recupere, a vida humana é efêmera demais para ver sua recuperação, então vamos acabar secos. O clamor é que as vozes dos rios sejam ouvidas.

Após discutir sobre os rios, Krenak amplia sua análise, levando-nos a refletir sobre como as narrativas culturais moldam nossa percepção do mundo. Em *Cartografias para depois do fim*, o autor explora as afetividades envolvidas nas histórias que nos aproximam dos seres invisíveis - invisíveis aos olhos daqueles que não conseguem andar na Terra exprimindo alegria em cada gesto e a cada respiro. Ele propõe que imaginemos cartografias, camadas de mundo com narrativas plurais, que não entram em conflito, mas coexistem. As narrativas de fundação, que existem na memória de milhares de povos nas Américas, Ásia e África conseguem dar sentido às vivências de cada povo. Krenak dá alguns exemplos dessas histórias, das quais

exemplifica com a narrativa de criação dos Guarani, na qual dois gêmeos primordiais dobraram a Serra do Mar, fazendo um contraforte para que a Água Grande (o mar) não avançasse sobre o continente. Essa história explica a formação das montanhas, dos vales e dos corpos d'água de onde vivem.

Ele ainda aponta a violência que os Guarani e os caiçaras da região sofrem diante da especulação imobiliária, espremendo-se em pequenos sítios. Além da violência contra esses grupos, o *Watu* é outro exemplo do “*capitaloceno*” que estamos vivendo e não restará na Terra lugar que não seja como ele, coberto de lama. **Entretanto, Krenak pede que não nos rendamos à narrativa de fim de mundo, porque ela nos faz desistir de nossos sonhos e neles estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais.** Nas narrativas em que só o humano age, as outras presenças são silenciadas e esse silêncio legitima consumir a Terra. O capitalismo deseja um mundo triste, monótono e robotizado e Krenak pede para não aceitarmos suas imposições. Quando ele fala sobre adiar o fim do mundo, não se refere a esse mundo catastrófico que vivemos. O que Krenak quer e sua obra demonstra o tempo todo é uma transfiguração, confluências que contraponham a lógica destrutiva da monocultura. As *confluências* abrem possibilidades para outros mundos, permitindo que neguemos o discurso colonial e a falácia de que somos todos iguais. Krenak aponta que essa afirmação causou um dano quase irreparável e que agora temos que desconstruir essa ideia, evocando as cartografias afetivas, as quais as narrativas nos dão esperança.

Em *Cidades, pandemias e outras geringonças*, inicia a reflexão a partir da experiência da covid-19, uma pandemia arrasadora, que veio apenas para devastar nossas vidas. O autor é contra o pensamento de que a pandemia veio para nos ensinar algo, o sofrimento não ensina coisa alguma. Ele diz que, se o sofrimento ensinasse, os povos da diáspora que passaram pelo desastre da escravização, estariam recebendo prêmios no século XXI.

Outra crítica recai sobre a naturalização do uso dos meios virtuais, que se intensificou de forma absurda durante a pandemia. Ele lembra que as conversas *on-line* não são conversas diretas, que há bastante espaço para mal-entendidos, mas admite que ele próprio tem usado com frequência esses meios. Krenak cita a professora Conceição Evaristo, que diz que as pessoas acham mais fácil acabar com o mundo, do que acabar com o capitalismo e sustenta que nos acomodamos com a ideia de que o capitalismo vai melhorar e que haverá recursos abundantes para todos, mas isso não passa de uma ilusão.

Segundo Krenak, as cidades têm se oposto à floresta, desde o imaginário infantil em que um lobo ameaça quem adentra a floresta. Uma das narrativas sobre o surgimento da covid-19 segue essa mesma linha: misturaram bicho da floresta com bicho domesticado e então, o animal da floresta passou o vírus para o animal limpinho da cidade e o vírus espalhou-se pelo mundo. “A cidade virou a caixa preta da civilização” (Krenak, 2022, p. 52). As cidades sentem o peso de um legado herdado dos gregos e romanos - a pólis - com muros ao redor das pessoas, as protegendo, seja de animais, seja de pessoas. O cidadão é substituído pelo consumidor. O capitalismo precisa da urbanização e, para isso, tirou as pessoas das matas e das zonas rurais, para irem para a cidade virarem consumidores e passarem fome. Para a cultura sanitarista urbanizar é sanear. Assim, as florestas e seus ecossistemas vivos se tornam passivos de serem cercados para não infectar as cidades. A lógica perpetuada desde o período escolar é de que a civilização é urbana, e tudo externo a ela é bárbaro e primitivo. Krenak pede para pararmos de afastar tudo,

para deixarmos os córregos respirarem, para florestarmos as cidades, para que possam crescer nelas bons sentimentos, ao invés de lajotas.

No texto *Alianças afetivas*, Krenak discute a “florestania”. Quando Chico Mendes, seringueiros e indígenas se uniram para resistir contra o desejo do governo brasileiro de fragmentar as grandes extensões de floresta ao sul do Amazonas e no Acre, no final dos anos 1970 - abrindo estradas e levando colonos - perceberam que suas reivindicações de direitos não diziam respeito à cidadania, era um novo campo de reivindicação: a “florestania”. O autor denuncia que o capitalismo é incompatível com qualquer perspectiva de uso coletivo da terra: até as terras indígenas pertencem à União. Na construção da “florestania”, os envolvidos não queriam nem mesmo ter documento de identificação, mas perceberam que, para instaurarem um novo direito, precisavam movimentar uma série de documentos legais.

Para o autor, a união dos diferentes grupos se deu pelo entendimento de que, entre eles, havia padrões: latifundiários que clamavam posse de regiões da floresta e que submetiam esses grupos a condições de trabalho escravo. O patrão domina à distância, controla a floresta Amazônica - como diz Krenak - por controle remoto. A Aliança dos Povos da Floresta surgiu da busca pela igualdade na política. No entanto, o autor relata que, com o tempo, percebeu que, se a proposta é provocar um profundo questionamento rebelde, eles não podem se tornar prisioneiros do próprio movimento. Para Krenak, alianças políticas obrigam o estabelecimento de uma igualdade opressora e por isso, após vinte anos, evocou o conceito de alianças afetivas. Esse movimento não pede igualdade; em oposição, reconhece as alteridades intrínsecas das pessoas. Somente com alianças afetivas, é possível explorar outros mundos, outras cosmologias.

Essas outras possibilidades deslocam o papel central do humano, afinal, todas as existências não podem partir do ponto de vista do antropocentrismo que tudo destrói. De acordo com o autor, o desejo da centralidade humana sempre esteve presente na humanidade, sendo caracterizado por todo processo de colonização dos continentes. Essa lógica ocidental carrega consigo a oposição binária entre cultura e natureza. Krenak discute as relações entre a democracia, os símbolos nacionais e as identidades e ressalta a necessidade de refundarmos o País, uma vez que o Estado atual carrega consigo a genética pirata e bandeirante: existe para destruir. O autor defende que povos originários têm muito a acrescentar nos debates sobre o que chamamos de país ou nação. Se formos capazes de ouvir esses ensinamentos, a política será apenas um dos aspectos da vivência, não mais uma atividade predatória.

Finalizando o livro, o texto *O coração no ritmo da terra* trata sobre a educação e seu caráter de moldar pensamentos e comportamentos. Ele favorece a ideia de que, quando formamos um ser para que ele tenha utilidade, estamos reproduzindo uma violência que determina seu caminho na Terra. A ancestralidade volta a ser ressaltada pelo autor, o qual a coloca como raiz que sustenta e reconforta o ser. O futuro é uma ilusão, apenas imaginado e por isso o arriscamos tanto. Cada vez mais, vivemos a projeção de futuros improváveis - uma forma de escape do presente. As crianças são apontadas pelo autor como fonte de boas novas, de criatividade e reconstrução. Por isso, ele repugna a formatação dos seres, colocar as crianças em moldes destrói suas criatividade e subjetividades que são capazes de inventar outros mundos. A sociedade ocidental supervaloriza o sistema de educação que, desde o início da formação infantil, sugere a necessidade de ocupar lugares de destaque, pois no topo cabe apenas um. Krenak posiciona a importância de resgatarmos os vínculos com os ancestrais, relatando que,

para as crianças Krenak, ser antigo é algo esperado e desejado, pois entendem que é uma posição privilegiada de conhecimento. Os infantes indígenas não são educados, são orientados, aprendem desde cedo a partilhar os espaços e os alimentos. Elas aprendem desde cedo a sintonizar a terra e o coração (Krenak, 2022).

***Futuro Ancestral* é uma obra que vai além da crítica ambiental e social convencional. Krenak nos oferece uma nova perspectiva sobre o tempo, a vida e a humanidade. Nos convida a repensar nossa relação com a Terra e com o futuro, ele não sugere apenas uma mudança de comportamento, mas uma transformação profunda em nossa visão de mundo.** Ele nos faz pensar sobre os impactos do capitalismo, nos levando a refletir sobre os sangrentos pilares da civilização moderna e imaginar um futuro sustentado pela ancestralidade, onde os rios não são presos pelo concreto, onde a floresta não é isolada da cidade e todos os seres possam coexistir em harmonia.

REFERÊNCIAS

KRENAK, A. 2022. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras.



UM ENCONTRO INUSITADO*

Liliane dos Santos Vieira¹⁷

Eles começaram juntos a faculdade durante a Pandemia. Conheceram-se pelas “fotinhas no Sistema” e depois pelas janelinhas do computador, durante as aulas *online*.

Uniram-se pelas forças de caráter da curiosidade e do amor à aprendizagem. Queriam saber mais sobre os mistérios da humanidade na Terra, estudando Arqueologia. Quando surgimos? Como isso aconteceu? O que fizemos? Quantas vezes passamos por cataclismas? Como e quem sobreviveu? O que levou à destruição e reconstrução? Como se formou a população brasileira?

Pode até parecer que não, mas eram amantes — a maioria deles, pelo menos — de Sherlock Holmes e Agatha Christie, os clássicos bambambãs da literatura mundial do mistério e daquele que, para a maioria, é um grande herói: Indiana Jones.

Quase dois anos depois, quando voltaram as aulas presenciais, se encontraram pela primeira vez no campus da Universidade e, embora ainda fosse recomendável manter distância, não houve como impedir alguns abraços e muitos, muitos sorrisos e risadas gostosas.

Chegaram junto com a turma de 2022. E, na “Semana de Acolhida”, pintaram-se uns aos outros. Escreveram na testa o nome do curso, o ano de aprovação no ENEM, caminharam pelo campus, tiraram fotos juntos e se apadrinharam, para facilitar a inclusão e o apoio na universidade.

Provavam, a cada dia, que a união da diversidade que saltava do universo de possibilidades era perfeitamente possível a partir do respeito e da alegria.

Diante das adversidades — acadêmicas, climáticas, emocionais e pessoais —, cresciam juntos em maturidade e conhecimento no extremo Sul do Brasil. Uma região úmida, sujeita a

¹⁷ Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: liliane.svieira2@gmail.com.

* Conto inaugural da obra VIEIRA, Lili. **Infinitas Possibilidades**. [No prelo]. Reprodução autorizada.

ciclones, ventanias e temporais, que apresentava extremos. No Verão, a sensação térmica podia chegar a mais de 40° e no Inverno, temperaturas abaixo de zero. Pelo menos havia flores o ano inteiro e a praia.

— A maior em extensão do mundo — diziam, orgulhosos, os cassineiros.

Tudo bem que só dava para entrar na água quatro, talvez cinco meses por ano, mas estar com o pé na areia e ver aquela imensidão de água e céu já era suficiente para se reenergizar e se conectar com o Todo, para começar mais uma semana e avançar no curso.

Um encontro universitário inusitado, entre infinitas possibilidades, foi o que uniu o destino de pessoas diversas com propósitos bem diferentes das muitas regiões do Brasil.

ARCHÉ REVISTA DISCENTE DE ARQUEOLOGIA

Confira os artigos publicados anteriormente!

[EXPEDIENTE](#)

[NOVO REGISTRO DE DEBITAGEM DISCOIDE NO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO JAZIDA CORUMBATAÍ](#)

João Carlos Moreno de Sousa

[O URBANO A SERPENTEAR A AMAZÔNIA: INTERSECÇÕES ENTRE ARQUEOLOGIA E ARQUITETURA VERNACULAR](#)

Newan Acacio Oliveira de Souza

[O PODER DAS COISAS: CORPA, FALOCENTRISMO, TRANSGENERIDADE E ARQUEOLOGIA](#)

Violet Baudelaire Anzini

[ARQUEOLOGIA DA CAIXINHA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL](#)

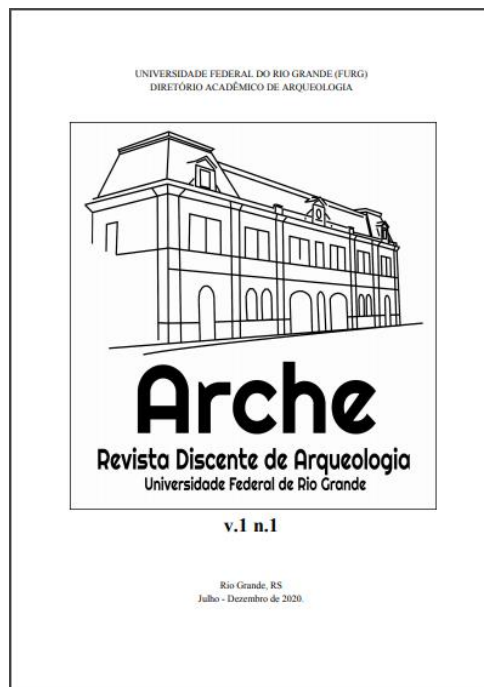
Natalia de Oliveira Fraga

[USO SOCIAL DEL PATRIMONIO Y ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL: EL CASO DEL FERROCARRIL INTEROCEÁNICO DE TEZIUTLÁN, PUEBLA MÉXICO](#)

Julio Cesar Alfonso Ruiz

[DEGRADAÇÃO NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS EM FOBIAS DO CONHECIMENTO À EDUCAÇÃO](#)

Khala Anderson de Oliveira Gomes



EXPEDIENTE

EDITORIAL

(DES)CONSTRUINDO MASCULINIDADES: ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

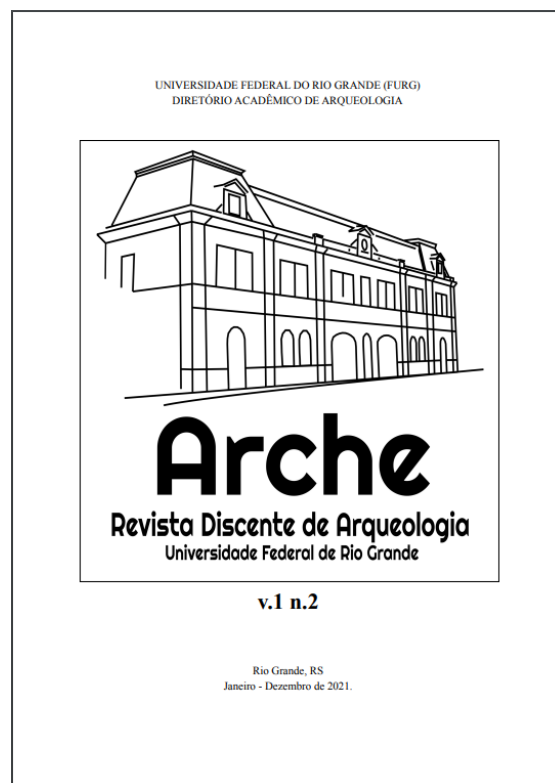
Alex Costa Soares

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO LUSO-BRASILEIRO: O ALVARÁ DE LEI DE DOM JOÃO V E O CUIDADO COM OS BENS MATERIAIS NO SÉCULO XVIII

Lucas Alves da Rocha & Izabela Pereira de Lima

LENDO UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS: UM ESTUDO DE CASO DO SÍTIO RS-LS-11 EM BARRA FALSA, RIO GRANDE

Richard Tomazi Franchini



EXPEDIENTE

EDITORIAL

EXPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE PIXAÇÕES A PARTIR DA ARQUEOLOGIA URBANA

Sarah Ketlen Maciel dos Santos & Lenara Carpes Callai

PAISAGEM DA LAGOA MIRIM: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE FRONTEIRAS NO SÉCULO XIX

Júlia Braga dos Santos

SÍTIOS COM FOSSÁRIOS COLONIAIS EM FEIRA DE SANTANA

Jaime Magalhães Morais

